



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Contributos para uma intervenção social participativa – o caso dos arrumadores de carros

Lisete Cordeiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Maria do Rosário Serafim, Professora Auxiliar,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientadora:

Doutora Filipa Menezes, Investigadora do CIES-IUL,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2011

AGRADECIMENTOS

A presente investigação só foi possível realizar com o apoio de diferentes entidades e pessoas que comigo colaboraram e a quem agradeço...

À Professora Doutora Maria do Rosário Serafim, pelo acompanhamento do presente trabalho e pelas suas sempre amáveis palavras de incentivo e confiança.

À Doutora Filipa Menezes, pelo apoio, capacidade de trabalho e espírito crítico indispensável ao enriquecimento desta pesquisa.

Ao Núcleo Distrital de Leiria da EAPN Portugal/ Rede Europeia Anti-pobreza, pela colaboração na dinamização das sessões de photovoice e divulgação dos resultados. E em particular, à Dra. Patrícia Grilo, Técnica Superior de Sociologia do Núcleo Distrital de Leiria da EAPN Portugal, pela disponibilidade, empenho e partilha de conhecimentos.

À Dra. Sofia Rodrigues, psicóloga e investigadora da Universidade de Aveiro, pelo acompanhamento do processo de implementação do photovoice.

Ao Dr. Álvaro Pereira, Técnico Superior Principal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pela disponibilidade para partilhar os seus conhecimentos sobre esta problemática.

E a todos, família e amigos, que com as suas leituras e pequenos gestos contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Por fim, um agradecimento a todos os entrevistados e em especial àqueles que se disponibilizaram a participar nas sessões de photovoice, por partilharem a sua visão do *mundo* e participarem neste estudo.

“[...] cada um de nós sabe infinitamente mais do que julga e cada um dos outros infinitamente mais do que neles aceitamos reconhecer”

José Saramago, *Jangada de Pedra*, 1986

RESUMO

O presente estudo analisa a figura do *arrumador de carros* enquanto fenómeno de exclusão social, a partir do seu ponto de vista e tendo em conta as suas trajetórias de vida. Trata-se de uma prática de sobrevivência estigmatizante que encerra um conjunto de rupturas que colocam novos desafios ao Serviço Social ao nível da prevenção e intervenção junto de situações de vulnerabilidade e exclusão social.

A pesquisa empírica baseia-se essencialmente em entrevistas semi-estruturadas (8), observação directa e na aplicação do photovoice (4) junto de arrumadores de carros na cidade de Leiria.

Tendo em conta as suas trajetórias de vida, o estudo evidencia a necessidade de criar medidas especializadas e integradas para os excluídos de *fim de linha* e medidas de prevenção e apoios para aqueles que se encontrem em situação de vulnerabilidade. Sugere também como estratégia de intervenção e numa lógica de promoção da participação proactiva e de *empowerment* o recurso ao photovoice.

Palavras-chave: Arrumador de carros; Exclusão Social; Desvio; Empowerment; Photovoice

ABSTRACT

This study examines the figure of the car parker as a phenomenon of social exclusion, from his point of view and taking into account his life trajectories. It is a stigmatized survival practice terminating a set of disruptions that pose new challenges to the social service in terms of prevention and intervention in situations of vulnerability and social exclusion.

The empirical research is mainly based on semi-structured interviews (8), direct observation and application of photovoice (4) to parking lot workers in the city of Leiria.

Taking into account their life trajectories, the study highlights the need for specialized and integrated measures for the end of line excluded and measures of prevention and support for those who are in vulnerable situations. It also suggests the use of photovoice as a strategy of intervention and a rationale for promoting proactive participation and empowerment.

Key words: car parker; social exclusion; deviation; empowerment; photovoice.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo I – PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL, DESVIO E MARGINALIDADE – O ARRUMADOR DE CARROS.....	4
1.1 - A figura do arrumador.....	4
1.2 – Pobreza e exclusão social.....	7
1.3 – Desvio, Marginalidade e Controlo Social.....	11
1.4- Estudos e levantamentos em Portugal sobre arrumadores de carros.....	15
1.5 - Factores que conduzem a uma situação de arrumação de carros.....	17
1.5.1 <i>Toxicoddependência</i>	19
1.5.2 – <i>Desemprego</i>	21
1.5.3 - <i>Estigma e identificação cultural</i>	21
1.6 - Políticas Sociais, medidas de política e respostas locais dirigidas aos arrumadores de automóveis.....	22
1.6.1 – <i>Políticas Sociais Locais (autarquias)</i>	24
1.6.2 “ <i>Riscos</i> ” <i>da criminalização ou erradicação</i>	25
1.6.3- <i>Respostas sociais</i>	26
1.7 - Novos desafios para o Serviço Social.....	27
1.7.1 <i>Abordagem integrada/ Intervenção em rede</i>	28
1.7.2 - <i>Promoção do Empowerment e da participação</i>	29
Capítulo II - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	32
2.1 – Problemática e objecto de estudo.....	32
2.2 – Opções metodológicas.....	34
2.3 – Técnicas de Pesquisa empírica.....	36
2.3.1 - <i>Entrevista Semi-estruturada</i>	36
2.3.2 - <i>Photovoice</i>	37
Capítulo III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	41
3.1 – Caracterização Sociodemográfica dos Entrevistados.....	41
3.2 – Histórias de vida dos arrumadores de carros.....	42
3.3 – Percepção relativa às respostas/ apoios sociais.....	51
3.4 - Perspectivas futuras.....	53
3.5 - Intervenção do Serviço Social – o photovoice como prática participativa.....	54
Capítulo IV – CONCLUSÕES.....	57
Bibliografia.....	61

ÍNDICE DE QUADROS:

Quadro 1.1 - Revisão Empírica – característica dos arrumadores de carros	15
Quadro 1.2 - Factores de risco apresentados nos diversos estudos empíricos	18
Quadro 2.1 - Vantagens do photovoice como estratégia de participação.....	39
Quadro 3.1 - Caracterização dos entrevistados	41
Quadro 3.2 – Factores de risco por domínio de exclusão	45
Quadro 3.2 – Características da actividade de arrumação de carros	50

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1. 1: Modelo de análise	33
--------------------------------------	----

ÍNDICE DE ANEXOS:

Levantamento dos territórios identificados ao abrigo do PORI que salientam o problema dos arrumadores de carros	A
Guião da Entrevista.....	B
Manual de apoio ao photovoice.....	C
Resultados do photovoice: colecção de postais	D

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CEI - Contrato Emprego Inserção

ENIPSA - Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social

PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão

PORI - Plano Operacional de Respostas Integradas

PRI – Programa de Respostas Integradas

RSI - Rendimento Social de Inserção

RVCC - Reconhecimento Validação e Certificação de Competências

INTRODUÇÃO

A figura do *arrumador de carros* surgiu no espaço público das grandes cidades no início dos anos 90 e apesar da importância que adquiriu no domínio do discurso público e político, desencadeando sobretudo sentimentos de insegurança (Matias e Fernandes, 2009) e tentativas de erradicação do fenómeno, tem sido uma figura pouco estudada no âmbito das ciências sociais e em particular pelo Serviço Social.

Desta forma, a presente dissertação tem como objectivo central aprofundar o conhecimento sobre os sujeitos em situação de exclusão social e marginalidade associados a práticas desviantes e/ou delinquentes, em particular, aqueles que vivem como arrumadores de carros. A análise das suas trajectórias de vida permite compreender a diversidade de situações de exclusão social e delinear um conjunto de factores de vulnerabilidade/risco que possibilitam ao Serviço Social actuar a montante e intervir nos casos vulneráveis.

Para além da vertente de análise que reporta ao desenvolvimento do conhecimento acerca dos comumente designados arrumadores de carros, este trabalho constitui também um ensaio para o aprofundamento de abordagens participativas, inovadoras e promotoras do *empowerment* na área do Serviço Social. Neste sentido, foi colocado em prática um conjunto de sessões dirigidas a arrumadores e ex-arrumadores de carros que resulta da implementação aproximada da metodologia *photovoice*. A convicção subjacente a esta “experiência” é que estas práticas permitem dar expressão visual à consciência social, promover a participação efectiva destes sujeitos enquanto *experts* da sua vida e potenciar competências pessoais e sociais, aumentando desta forma a sua auto-estima, a confiança em si e conseqüentemente as suas possibilidades de mudança e de acesso a direitos.

A pesquisa empírica foi realizada em vários locais da cidade de Leiria tendo por base uma aproximação à abordagem etnográfica que envolveu entrevistas semi-estruturadas e observação directa. A aproximação ao método etnográfico prende-se, essencialmente, com a necessidade de *olhar de frente* o que é marginal (Pais, 2001) e questionar a *imagem colectiva do fenómeno* a partir da perspectiva dos actores sociais (Fernandes, 1998).

Tendo em consideração o objectivo central, esta pesquisa subdivide-se em 4 dimensões de análise operacionalizáveis em torno de várias questões de pesquisa:

1. Compreender as trajectórias de vida dos arrumadores de carros, as necessidades sentidas, as estratégias de adaptação às diferentes situações e rupturas porque passaram.

O que leva um sujeito a estar na situação de arrumador de carros?

Que factores ou trajectórias estão subjacentes a este modo de vida?

2. Analisar as percepções dos sujeitos que estão em situação de exclusão social, em particular os arrumadores de carros, acerca da sua situação.

O que pensam os arrumadores acerca da sua situação?

Quais os obstáculos e “vantagens” da actividade de arrumar carros como estratégia de sobrevivência?

Quais os factores de risco associados à prática de arrumação de carros?

3. Sistematizar o tipo de medidas de política existentes e estratégias de intervenção e prevenção do fenómeno.

As respostas sociais a nível local respondem às necessidades destes sujeitos em situação de vulnerabilidade e exclusão social?

4. Identificar práticas do Serviço Social na intervenção com estes sujeitos, nomeadamente práticas inovadoras que possam contribuir para métodos de pesquisa que permitam maior proximidade e capacitação dos sujeitos estudados (o uso do photovoice).

Quais as potencialidades do photovoice enquanto estratégia promotora de participação?

A presente investigação visa o desenvolvimento de um estudo de caso com 8 arrumadores, dos quais 4 participaram num conjunto de sessões de grupo (2 ex-arrumadores durante 5 semanas e dois arrumadores durante 2 semanas) em que se utilizou o photovoice como instrumento para uma estratégia de intervenção integrada e de promoção do *empowerment*, na medida em que se potencializam competências sociais e se readquire a confiança em si indispensável para o exercício da cidadania.

Assim, este estudo ao explorar as trajectórias de vida de arrumadores de carros e as suas percepções sobre este fenómeno procura também contribuir para o desenvolvimento de novas práticas do Serviço Social e propor o recurso a métodos inovadores e promotores da participação e do *empowerment*, como é o caso do photovoice.

A investigação está organizada em quatro partes:

No capítulo I procede-se ao enquadramento teórico salientando, num primeiro momento, o contexto do aparecimento de figuras associadas à marginalidade e à pobreza nas quais se insere o arrumador de carros. Segue-se a apresentação dos principais conceitos relacionados com a figura do arrumador. Procede-se ainda a um levantamento dos estudos empíricos realizados em Portugal, os principais factores de risco associados a esta problemática e as medidas de política que têm sido implementadas em Portugal e noutros países. Por fim, é salientado o papel da intervenção do Serviço Social junto de indivíduos em situação de

vulnerabilidade, exclusão e desvio, explorando alguns dos princípios/ metas no âmbito das políticas sociais em matéria de pobreza e exclusão social como a intervenção em rede, a promoção do *empowerment* e da participação.

No capítulo II apresenta-se a problemática, define-se a problemática e o objecto de estudo, assim como se traçam as principais considerações metodológicas que orientam a pesquisa empírica.

E no capítulo III apresentam-se os resultados do presente estudo evidenciando-se a percepção destes actores sociais sobre a sua condição e sobre possíveis formas de prevenção e intervenção com esta população.

Por último, no capítulo IV apresentam-se as principais conclusões e as eventuais linhas de investigação futuras.

Capítulo I – PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL, DESVIO E MARGINALIDADE – O ARRUMADOR DE CARROS

No primeiro capítulo deste estudo pretende-se compreender e situar o contexto em que surgiu a figura do arrumador de carros na cidade e delimitar os conceitos associados. Seguidamente procede-se a um levantamento dos estudos empíricos realizados em Portugal sobre este fenómeno, de forma a conhecer esta problemática, as características sociais e económicas e os factores de risco que podem levar um indivíduo a recorrer a esta prática. Por fim, procura-se compreender quais as políticas e medidas que estão a ser tomadas no sentido de resolver o problema e quais os desafios do Serviço Social na criação de instrumentos de intervenção que promovam a participação e o *empowerment* dos arrumadores de carros.

1.1 - A figura do arrumador...

Desde sempre existiram pessoas a viver em situações precárias ou à margem da vida social, se durante vários séculos foram encaradas numa perspectiva individualista e de responsabilização do indivíduo pela sua condição de *mendigo* ou *vagabundo*, e por isso, foram perseguidos, punidos ou condenados ao ostracismo (Bento e Barreto: 2002)¹. Actualmente, a mendicidade e a vadiagem não são punidas por lei (Decreto-Lei n.º 365 de 15 de Maio de 1976) e muitos destes indivíduos, como são os sem-abrigo ou os arrumadores de carros, são encarados como um problema social que envolve uma diversidade de situações sociais e individuais, que se apresentam pouco lineares e que afectam cada vez mais novos excluídos. Contudo, não deixam de representar os “novos rostos da desviância” que suscitam medos e que facilmente são conotados de perigosos (Matias e Fernandes, 2009) mas que sempre existiram na cidade.

A figura do arrumador de carros surgiu no espaço público das grandes cidades no início dos anos 90, oferecendo lugares de estacionamento em parques, pracetas ou ruelas como estratégia de angariação de recursos. A proliferação deste fenómeno tem desencadeando sentimentos e reacções contraditórios, por um lado, sentimentos de insegurança e acções de controlo social (Matias e Fernandes, 2009) e, por outro lado, tem suscitado um *olhar de lado* (Pais, 2001) e acções de evitamento ou de estigmatização.

¹ O fenómeno da vagabundagem, do vadio e do mendigo, foi oscilando entre duas visões, uma que considerava o fenómeno como resultante de uma pobreza estrutural ou de incapacidade para trabalhar, e outra que o relaciona com a ociosidade, a mendicidade e com práticas delinquentes (Bento e Barreto, 2002).

No contexto europeu parece não existir paralelo à figura do arrumador, no entanto, este tem correspondência no Brasil onde é denominado de *flanelinha*² e encontramos ainda semelhanças às figuras que desenvolvem actividades no âmbito da economia informal como é o caso dos *squeegee workers*³, indivíduos que têm como principal fonte de rendimento a limpeza dos vidros dos carros e que proliferam em muitas cidades dos EUA, Canadá e Inglaterra. Segundo Grady e Greene (2003), referindo-se ao caso específico do Canadá, esta prática surgiu na cidade de Toronto na década de 90, e se inicialmente era tolerada, com o crescimento do número de *squeegee workers* aumentou a preocupação com a reputação da cidade e o «alarme social» desencadeou uma série de medidas de controlo e tentativa de erradicação do fenómeno.

Em Portugal, a prática da arrumação de carros é considerada legal se for atribuída pelas Câmaras Municipais, se bem que a maioria dos arrumadores de carros que ocupam os *parques de biscastes*⁴ nas cidades portuguesas o faz de forma ilegal, o que constitui, de acordo com a alínea f) do n.º 1 do decreto-lei n.º 310/2002, uma contra-ordenação que pode ser punida com uma coima de 60€ a 300 €. Este decreto-lei atribui às Câmaras Municipais competências no licenciamento dos arrumadores de carros, concedendo-lhes dísticos anuais e definindo zonas de trabalho. Tal como referido no ponto 2 do mesmo decreto-lei, compete-lhes ainda, o dever de “zelar pela integridade das viaturas estacionadas e alertar as autoridades em caso de ocorrência que a ponha em risco”. Não obstante, a atribuição destes dísticos implica a apresentação do certificado do registo criminal⁵.

Geralmente associados à toxicod dependência (de facto em maior número) e olhados como «delinquentes» ou marginais, os estudos sobre arrumadores (Pais, 2001; Nave, 2004; Pereira e Silva, 1999) parecem sugerir a existência de um universo diversificado e flutuante constituído por múltiplas problemáticas: desde reformados, inválidos, miúdos de rua, sem-abrigo, doentes mentais, entre outros. A este propósito, e de forma a caracterizar o tipo de arrumadores, José Machado Pais (2001) num estudo etnográfico sobre os jovens arrumadores, classificou os indivíduos arrumadores em dois grupos diferentes: 1) os *credenciados* (que usavam outrora

² Os flanelinhas são os guardadores e lavadores de carros presentes em algumas cidades do Brasil. São considerados trabalhadores informais que ao serem afastados do mercado de trabalho recorrem a esta actividade como forma de sobrevivência e como forma de mostrar a sua capacidade para o trabalho (Gomes et al, 2008). Segundo estes autores os flanelinhas constituem um grupo social com as suas regras e normas de conduta que se repercute na própria organização e divisão do espaço.

³ Os *Squeegee workers* são conhecidos de diferentes formas consoante o país: em Inglaterra denomina-se de «squeegee merchants» porque para além de limparem os carros, vendem rosas e jornais; «squeegee kids» no Canadá e «squeegee man» nos EUA.

⁴ Expressão de José Machado Pais (2001).

⁵ Conforme foi possível apurar nos regulamentos disponíveis on-line (Câmara Municipal de Sintra; Câmara Municipal de Loures; Câmara Municipal de Faro; Câmara Municipal de Ovar; Câmara Municipal de Lisboa).

um chapéu de chapa como sinal de diferenciação e de status e que se subdividem em: *legalizados*, indivíduos que possuem um cartão de identificação concedido pela Câmara Municipal e que são geralmente reformados e *oficializados*, indivíduos que dizem ter autorização para arrumar carros por parte de um arrumador legalizado ou de um determinado serviço – como bancos, companhia de seguros, entre outros), 2) os *não-credenciados* jovens arrumadores considerados “drogados” e não credenciados.

Estes estudos (Pais, 2001, Pereira e Silva, 1999) evidenciam os vários factores (desemprego, alcoolismo, toxicodependência, perturbações mentais) que podem levar à condição de arrumador. Contudo, salientam ainda que a heterogeneidade de trajetórias de vida parece esconder algumas regularidades, a maioria dos indivíduos “têm atrás de si processos de *desafiliação* crescente face ao trabalho, à escola, à família e amigos” (Pereira e Silva, 1999). Nesta perspectiva, Pereira e Silva (1999) situam a figura do arrumador de carros ou do sem-abrigo como inseridos num processo de ruptura dos laços sociais e isolamento social progressivo que conduz a uma situação de *fim de linha* da exclusão social.

A arrumação de automóveis, surge, nesta concepção, como estratégia de angariação de recursos de sobrevivência consequência da crescente instabilidade sócio-económica e do aumento das vulnerabilidades sociais que tem vindo a gerar um número considerável de sujeitos que sofrem de *défice de integração*⁶. Por outro lado, a actividade de arrumação de carros pode ainda ser entendida como uma forma de resistência ao mundo do crime (Matias e Fernandes, 2009), de inserção no mercado de trabalho, ainda que informal (Gomes *et al*, 2008) ou de desistência pela sua condição de marginal.

Sintetizando, a figura do arrumador emergiu no mercado informal no contexto urbano na década de 90 associado maioritariamente à toxicodependência e a outros processos de vulnerabilidade e exclusão social. Trata-se, portanto, de um «grupo» volátil, heterogéneo e difícil de caracterizar pela diversidade de situações que alternam entre o desvio e a exclusão ou a delinquência e a pobreza e no quadro de uma sociedade onde as desigualdades sociais se encontram frequentemente nos mesmos lugares:

Os parques dos biscates mostram bem o vértice dramático de uma estrutura social tripartida em que, de um lado, temos um segmento da população activa, altamente qualificado e remunerado, com empregos estáveis e prestigiantes; de outro, temos trabalhadores sem emprego fixo, em situação de relativa precariedade; finalmente, os desempregados estruturais, com trabalhos eventuais muito precários – de que os *arrumadores* são um bom exemplo. (Pais, 2001: 329).

⁶ Robert Castel em Soulet, 2000.

1.2 – Pobreza e exclusão social

Dada a frequente associação entre os conceitos de pobreza e de exclusão social e os arrumadores de carros importa clarificar os conceitos.

O conceito de Pobreza remete-nos para uma situação de privação por falta de recursos (Costa, 1998) que se traduz em más condições de vida. Tendo em conta o autor a situação de privação ou a não satisfação das necessidades humanas básicas (alimentação, vestuário, transporte, água, energia, habitação, etc) afecta os outros sistemas sociais (mercado de bens e serviços, saúde, sistema educativo, participação política, laços sociais com amigos e com a comunidade local, entre outros), pelo que os conceitos de exclusão e pobreza, embora distintos inter-relacionam-se.

O conceito de «exclusão social», surgiu nos anos 70, e pela primeira vez num artigo de René Lenoir em 1974, para dar conta daqueles que estavam “fora” dos benefícios do progresso das sociedades modernas (Capucha, 2005). Posteriormente foi introduzido na Comunidade Europeia, no sentido de substituir o conceito de pobreza, pelo que é hoje um conceito amplamente generalizado e com vários significados nem sempre muito claros (Costa, 1998). Sendo que à partida, remete-nos para duas abordagens: “uma centrada na natureza dos laços sociais, a outra nos direitos de participação” (Capucha, 2005: 79).

A noção de exclusão social remete-nos, num primeiro momento, para a perspectiva dos autores da tradição francesa, segundo a qual a exclusão social resulta da nova conjuntura económica e social e corresponde à fase extrema do processo de marginalização marcado pela degradação das relações no mercado de trabalho e por sucessivas rupturas e perdas que conduzem ao isolamento social (Costa, 1998; Soulet, 2000). A este processo de sucessivas perdas que conduzem a situações extremas de marginalidade, Robert Castel (1997) designou de “*desafiliação*” e Serge Paugam (2003) de “*desqualificação social*”.

Segundo Robert Castel (em Soulet, 2000: 21) assistimos à *re-emergência da precariedade social* na Europa Ocidental marcada pela “subida do desemprego, precarização do trabalho, dificuldade crescente dos sistemas clássicos de protecção social para cobrir os riscos sociais” e enfraquecimento das redes sociais e familiares que conduzem a situações de isolamento social, incerteza face ao futuro e, em última instância, gera novas situações de exclusão. Segundo este autor: “ser excluído significa encontrar-se simultaneamente fora da ordem do trabalho e fora das redes concretas de solidariedade. É encontrar-se sem um lugar determinado na sociedade” (2000: 26).

Na mesma linha de pensamento, Serge Paugam (2003), situa a “nova pobreza” como o resultado da degradação do mercado de emprego e do enfraquecimento dos laços sociais que

coloca “faixas crescentes de população” em situação de vulnerabilidade e que facilmente podem conduzir a situações de exclusão social, ou seja, de ruptura dos laços sociais ou de *desqualificação social*. Para este autor, a *desqualificação social*⁷ corresponde ao processo de desclassificação ou de perda de estatuto, por exemplo profissional, e de acumulação de dificuldades económicas e sociais que conduzem frequentemente a situações de inactividade (fase da fragilidade) e à consequente dependência do sistema de protecção social (fase de dependência). A sucessão de insucessos e o sentimento de perda de dignidade podem levar algumas pessoas ao isolamento social e à consequente ruptura dos laços sociais (fase da ruptura). Nestas situações, muitos recorrem ao “improviso (la débrouille)”⁸, ou seja, a diferentes estratégias de angariação de recursos (trabalho precário, tráfico de drogas, pequenos furtos, ou até mesmo arrumação de carros) que muitas vezes, agravados por problemas de saúde (alcoolismo, toxicod dependência ou doença mental), agravam a sua situação de marginais (Paugam, 2003). Tal como descreve este autor, “a última fase da desqualificação é a estigmatização, pois aos olhos dos outros, o indivíduo «à margem» torna-se rapidamente um incapaz, um vadio” (Paugam, 2003: 105) e acabam por adaptar-se e viver na exclusão.

Neste sentido, os autores da tradição francesa entendem a noção de exclusão social como “uma realidade processual, multidimensional” e denominam de “nova questão social” o facto de determinados sectores populacionais, antes integrados, ficarem à margem do mercado de trabalho (Capucha, 2005: 79) e estarem, por isso, em situação “*supranumerária*: pessoas sem utilidade social, que não participam no processo de produção, que se encontram fora dos circuitos de decisão e de reconhecimento social” (Castel em Soulet, 2000: 36).

Da mesma forma, Lode Walgrave (em Soulet, 2000) considera que aquilo que designamos por sujeitos ou *famílias-problema* não é mais que o resultado de mecanismos sociais negativos e de carência de poder e autoridade de certas camadas da população que conduz à *não-integração* e à *vulnerabilidade societal*⁹. Este autor defende que existe uma espécie de acordo entre as instituições sociais e os sujeitos, no qual a sociedade oferece aos seus cidadãos bens e serviços (ex: educação, assistência, segurança, entre outros) e “em troca, os

⁷ Paugam (2003) identifica 3 fases diferentes do processo de desqualificação social: fragilidade, dependência e ruptura a que correspondem 3 tipos sociais: os frágeis, os assistidos e os marginais.

⁸ Robert Castel (1996: 39) citado por Capucha (2005:81).

⁹ Lode Walgrave distingue vulnerabilidade individual da vulnerabilidade societal, considerando esta última consequência da “posição dos sujeitos na sociedade” em relação às instituições. “Cada vez mais e perante todas as instituições, *estes grupos correm o risco de não aproveitar a oferta positiva das mesmas, vendo-se pelo contrário confrontados com os aspectos discriminatórios, controladores e sancionatórios*” (2000: 88 e 89). As causas da situação de vulnerabilidade são essencialmente sociais uma vez que se considera que as características individuais só surgem depois e como consequência do infortúnio social.

cidadãos devem submeter-se às regras da sociedade”, ou seja, ao seu controlo (Walgrave em Soulet, 2000: 89). Assim, quando há equilíbrio entre a oferta de bens e a submissão às regras estes “têm mais possibilidades de aproveitar a oferta das instituições seguintes” (por exemplo, um individuo que teve sucesso na escola mais facilmente terá sucesso no mercado de trabalho). Por outro lado, aqueles que têm dificuldade em aceder aos bens e serviços e ainda são confrontados com controlos, sanções e discriminações encontram-se na situação de *vulnerabilidade societal*.

Segundo este autor, a trajectória de *vulnerabilidade societal* ou da exclusão social transmite-se no seio da família e pode conduzir os sujeitos a percorrer trajectórias em espiral negativas e a processos de quebra dos laços sociais. Neste sentido, o autor enfatiza as acções de carácter preventivo como fundamentais para travar o aumento da *vulnerabilidade societal*.

Nesta lógica da prevenção de processos de exclusão, os defensores da “nova questão social” (Castel, 1997; Soulet, 2000, Paugam, 2003, entre outros) alertam para o cariz negativo que envolve a noção de «exclusão social» e para a importância de olhar para o que acontece a *montante*, isto é, para as situações de vulnerabilidade, ou seja, para “as pessoas que não estão excluídas mas que estão ameaçadas, cujo estatuto é precário, e que correm o risco de *cair* na exclusão (Castel em Soulet, 2000)¹⁰.

Por seu turno, Marc Soulet (2005) considera que no contexto social contemporâneo marcado pela incerteza e pela responsabilização individual favorece o aumento da vulnerabilidade, pois sanciona os que não têm suporte social e que à partida estão numa situação desigual e por sua vez, conduz as pessoas a pensar os seus problemas em termos pessoais e não sociais. Assim, considera

La vulnérabilité est à saisir dans la relation entre un groupe ou un individu ayant des caractéristiques particulières (notamment un déficit de protection pour se garder de la potentialité à être blessé) et un contexte sociétal qui imprime la capacité à agir à partir de soi. Autrement dit, parler de vulnérabilité en soi n’a pas de sens dans la mesure où des individus singuliers sont vulnérables dans certaines conditions (variables et inégalement distribuées selon les individus) et dans celles-ci seulement (Soulet, 2005: 50).

De acordo com o salientado, a “sucessão de situações (...) condicionam as hipóteses de trajectos futuros ”(Menezes, 2008: 56) e conduzem a uma multiplicidade de trajectórias e níveis de vulnerabilidade social que podem, consequentemente, conduzir os indivíduos a

¹⁰ Este autor distingue três zonas de inserção/ exclusão: zona de integração social (caracterizada pelo trabalho estável e inserção social); zona de vulnerabilidade social (caracterizada pelo trabalho precário e/ou fragilidades no suporte social e zona de marginalidade ou exclusão social (caracterizada pela ausência de trabalho e pelo isolamento social).

situações de exclusão social e que exigem respostas diferenciadas (por exemplo um indivíduo arrumador de automóveis toxicodependente não está na mesma situação que um arrumador de automóveis reformado que apenas exerce a actividade pontualmente). Nesta óptica, e de acordo com Menezes (2008: 55) “a exclusão deve ser lida como um processo ou trajectórias que inclui períodos de permanência e saída”.

Por outro lado, segundo Bruto da Costa (2008) a exclusão social¹¹ remete-nos para a ruptura de laços sociais e para as questões da cidadania e da não efectivação dos direitos básicos¹², pelo que identifica o conjunto de sistemas sociais associados a cinco domínios para definir o que significa ser excluído da sociedade: domínio social, domínio económico, domínio institucional, domínio espacial e o domínio simbólico. De salientar ainda, a necessidade de ter em conta que existem diferentes graus de exclusão, sendo que “a forma extrema corresponderá à situação de ruptura com todos os sistemas básicos” (Costa, 2008: 72), ou seja, à situação das pessoas sem-abrigo, no sentido restrito, as que vivem na rua.

Todavia, não deve ser ignorado o contexto histórico e as especificidades do País (Capucha 2005:117), dado que a “a pobreza em Portugal está muito mais relacionada com processos de subdesenvolvimento histórico e com falhas de protecção social e de outros sistemas políticos do que com a ruptura de laços com instituições ou redes sociais resultantes de transformações recentes no contexto económico, que porém também fazem sentir os seus efeitos”. Nesta perspectiva, o autor salienta ainda a importância da *herança* destes indivíduos (marcada por insucessos e marginalização) e a presença de fortes laços a situações marginais (Capucha, 2005).

Em suma, as situações de vulnerabilidade social e em última instância de exclusão social, nas quais a figura do arrumador de carros se insere, devem ser inscritas “no quadro da análise das dinâmicas históricas de desenvolvimento das sociedades que os produzem e reproduzem” (Capucha, 2006: 325) e numa lógica de reconhecimento dos indivíduos enquanto sujeitos capazes de exercerem a sua liberdade (Soulet, 2005).

¹¹ Este autor defende que os conceitos de pobreza e exclusão inter-relacionam-se e complementam-se, ou seja, a pobreza é “uma situação de privação resultante da falta de recursos” que “pelo simples facto de a pobreza implicar falta de recursos, representa alguma forma de exclusão social”, o que não se verifica no inverso (Costa, 2008: 26 e 63).

¹² Neste domínio, Bruto da Costa (1998: 34 e 35) destaca o papel do Conselho Europeu ao perspectivar a “exclusão social como atentatória da dignidade humana e dos direitos humanos fundamentais” e da Declaração de Charleroi em 1992 que evidencia no ponto 3 que “as condições de vida de pessoas e grupos severamente desfavorecidos constituem uma flagrante violação dos direitos humanos, minando o direito fundamental de cidadania, i.e., o direito de cada pessoa ou grupo juntar-se a outros na construção e gestão de um mundo partilhado”.

1.3 – Desvio, Marginalidade e Controlo Social

Uma das formas de olhar o arrumador de carros é associá-lo à figura do indivíduo “jovem, gadelhudo, vagabundo, sem-abrigo, drogado” (Pais, 2001: 311) e, por isso, considerar os mesmos como desviantes ou delinquentes e associá-los a um aumento da insegurança urbana (Matias e Fernandes, 2009), pelo que frequentemente são alvos de medidas de controlo social.

O estudo do comportamento desviante e dos problemas sociais decorrentes do processo de exclusão (Xiberra, 1996), remete-nos para as teorias sociológicas do desvio. Segundo Giddens (2002: 215) “o desvio pode ser definido como uma inconformidade em relação a determinado conjunto de normas aceite por um número significativo de pessoas de uma comunidade ou sociedade”, desta forma, o desvio ou a conformidade varia consoante as normas e as regras de uma determinada cultura/sociedade.

Numa perspectiva evolutiva, o estudo sobre o comportamento desviante em contexto urbano remonta aos trabalhos da Escola de Chicago na década de 30, que investigaram as bases ecológicas da desorganização social e implementaram novos métodos de recolha empírica, como o uso de informantes, a observação participante, entre outras – (Fernandes, 1998; Xiberras, 1996). Os autores desta corrente¹³ deram conta que com o crescimento das cidades aumenta a densidade populacional e diminui a «coesão moral» pelo que surgem novos problemas sociais (guetos, gangs, criminalidade) que necessitam ser estudados “na sua luz própria, que é uma luz humana” (Matza, 1969 citado por Fernandes, 1998: 40).

Nos anos 60, a corrente do interaccionismo simbólico, retoma algumas questões da Escola de Chicago e evidencia-se o facto de existirem outras práticas sociais, para além da delinquência e do crime, alvo de sanção por parte da sociedade. Ao invés de procurarem as causas do desvio nos indivíduos, estudam as relações sociais e os diferentes pontos de vista (sociedade e excluídos). Desta forma, entendem o desvio como algo construído pela sociedade, ou seja, como “qualquer forma de comportamento que transgride as normas aceites e definidas por um grupo, ou por uma instituição, numa dada sociedade” (Xiberras, 1996: 115). Aqueles que transgridem as normas de um grupo são considerados *outsiders* ou estigmatizados pelo grupo.

Nesta acepção, Becker (1985) entende o desvio como uma consequência da reacção dos outros ao comportamento de uma pessoa, ou seja, o comportamento desviante é aquele que é rotulado como desviante pelos “labellers”. Quando rotulado de desviante, Lemert (citado por Menezes, 2009) defende que o indivíduo se comporta enquanto tal, ou seja, passa a

¹³ Vários autores se destacaram nesta corrente como exemplo, refira-se Park, Simmel ou Burgess. Para uma descrição mais precisa remetemos, por exemplo, para Xiberras (1993).

desenvolver mais actividades desviantes e aproxima-se do grupo dos que partilham o mesmo desvio. A noção de *carreira* permite descrever o processo de entrada e as diferentes fases de um indivíduo no mundo do desvio (Xiberra, 1996).

No mesmo sentido, Goffman (1988: 148) alega que “o normal e o estigmatizado não são pessoas, mas sim perspectivas que são geradas em situações sociais”, ou seja, o estigma¹⁴ torna-se visível através da visão dos «normais» e a sua presença implica um certo afastamento e descrédito em relação aos «normais». Ao criar uma teoria do estigma, estamos a justificar a sua inferioridade ou perigosidade baseando-nos em características negativas ou ideias generalistas. Desta forma, o estigma conduz à discriminação e limita as possibilidades do estigmatizado. Partindo desta ideia, o arrumador de carros ao interiorizar o seu estigma de marginal “reconhece-se enquanto tal, não porque o sejam, necessariamente, mas porque os outros assim os vêem” (Pais, 2001: 338). A interiorização desta imagem estigmatizante (de “drogados”; “marginais”; “delinquentes”) leva-os, por vezes, a assumir essa identidade e a vandalizar carros dos proprietários que não lhe deram dinheiro ou a obter “benefícios secundários” (Goffman, 1988) e “indirectamente, a beneficiar dos receios incutidos pelos riscos de navalha” (Pais, 2001: 322), uma vez que, muitos clientes sentem a obrigação de dar moeda pelos receios e imagens incutidas. Este autor refere ainda que apesar das teorias gerais em torno dos arrumadores, a grande maioria parece revelar *sentido de honestidade* e grande capacidade de *inventar* dinheiro (umas mais lícitas do que outras)¹⁵, sem com isso afastar o estigma da marginalidade e aproximar-se das possibilidades de participação na sociedade convencional.

A manutenção da etiqueta ou do estigma de «perigoso» ou «marginal» é sustentada pelo processo que Fernandes (1998) designou de «redução cognitiva» e de «evitamento experiencial», ou seja, a etiqueta de «perigosos» é formada a partir de generalizações sobre determinados indivíduos/ espaços considerados como inseguros e pelo, conseqüente, evitamento do contacto com esses indivíduos ou espaços, o que leva a que a maioria dos indivíduos nunca os conheça mas continue a alimentar este estereótipo.

Neste sentido e à semelhança da ideia de marginal de Yves Barel (1987, citado por Xiberras, 1996: 148), que entende o “marginal como um ser percebido como colocando-se

¹⁴ O termo estigma é de origem grega e referia-se a marcas corporais fora do comum e percebidas como negativas, que sinalizavam os indivíduos a evitar ou prevaricadores. Actualmente o termo apesar de já não focar tanto o aspecto físico mas evidência um atributo profundamente depreciativo (Goffman, 1988).

¹⁵ José Machado Pais (2001) descreve várias formas do arrumador *inventar* ou *pressionar* o dinheiro: através da organização adequada do espaço de estacionamento, tentando ocupar todos os lugares de forma rentável; esvaziar o pneu de um automóvel e depois predispor-se a ajudar o cliente; guardar um carro com o vidro aberto; ou até com a recente proliferação de parquímetro quando um carro está estacionado para além do tempo permitido, colocam uma moeda no parquímetro e esperam pelo proprietário do carro.

fora do sistema por causa de uma inadaptação qualquer: ele está nos confins, na periferia ou, em todo o caso, para lá da linha do horizonte, o que faz com que os normais tenham dificuldade em percebê-lo”, a marginalidade é entendida “como a colocação sob o olhar social de uma parte da população” (Fernandes, 1998: 169), o que implica maior vigilância e medidas de controlo social sobre esta população.

Na mesma linha de pensamento, para Foucault (1975), o crime e o desvio são entendidos como algo que a sociedade pretende controlar e que necessita ser disciplinado e estar sob vigilância permanente e silenciada. Entre os mais vigiados estão os indivíduos categorizados como estando fora da normalidade, ou seja, os desviantes.

Também Declerck (2001, citado por Menezes, 2008: 67) refere que a função de estigmatizar visa afastar a marginalidade e reforçar a ordem social: “le clochard, comme le criminel, le toxicomane et la prostituée, est une des grandes figures de la transgression social. Il est la figure emblématique de l’envers ricanant de la normalité et de l’ordre social”.

Nesta perspectiva, o discurso do risco, dado que alarga o âmbito de actuação, implica vigilância sobre o desvio e “assume um papel central nas estratégias de normalização e disciplina dos cidadãos, na medida em que estabelece pontos comparativos na capacidade de adaptação às normas sociais” (Menezes, 2008: 69).

A questão do risco associado ao comportamento desviante remete-nos ainda para o crescente sentimento de insegurança e para a associação de determinados actores sociais à criminalidade (Agra, 2000; Fernandes, 1998; Machado, 2004; Wacquant, 2000) que por sua vez tem justificado e, de certa forma, *normalizado* um conjunto de medidas de controlo social. Segundo Matias e Fernandes (2009: 10) é frequente a associação da pobreza à criminalidade, e consequentemente “associar espaços, tempos e actores sociais a maiores perigos, alimentando estigmas e potenciando processos de (ainda) maior exclusão social”¹⁶. No entanto, os estudos na área da insegurança urbana e do medo do crime (Machado, 2004; Matias e Fernandes, 2009), revelam que o elevado medo do crime entre os cidadãos parece não se traduzir no aumento real das estatísticas da criminalidade¹⁷ mas evidenciar receios do

¹⁶ Segundo Loic Wacquant (2000) o discurso pela tolerância zero relativamente à pobreza incómoda teve início nos EUA numa altura em que a população prisional quadruplicou e a criminalidade estagnou: “De Nova Iorque, a doutrina da “tolerância zero”, instrumento de legitimação da gestão policial da pobreza incómoda – ou seja, a que se vê, a que causa incidentes e perturbações no espaço público e, portanto, alimenta um sentimento difuso de insegurança, ou simplesmente de mal-estar tenaz e de incongruência -, difundiu-se por toda a parte com uma rapidez fulgurante” (Wacquant: 2000:18).

¹⁷ Carla Machado (2004: 203) rejeita a ideia de que o crescente sentimento de insegurança e o medo do crime, que eclodiu sobretudo nos anos 90, seja o reflexo do aumento do crime. Apesar dos dados estatísticos indicarem um aumento dos crimes contra o património diminuiu o crime violento e a “vitimação pessoal, embora negativa, não parece determinar linearmente o medo”. O discurso do medo é antes uma construção social e uma preocupação com a ordem social (Roché em Matias, 2008). Além disso, apesar dos grupos considerados como

desconhecido ou do imprevisível e uma hiper-representação do risco de crimes violentos sustentada, em parte, pelos *mass media* mas também pelo rumor *insecurizante*, ou seja, aquele que se propaga através das redes informais (Fernandes, 1998). Além disso, o discurso pela segurança evidencia antes a reprodução da ordem social, a justificação da intensificação da punição e a legitimação da exclusão especialmente junto dos segmentos populacionais mais carenciados, geralmente, percebidos como mais perigosos (Machado, 2004).

No que respeita aos arrumadores de carros, Matias e Fernandes (2009) tentaram perceber o crescente sentimento de insegurança em torno dos arrumadores de carros toxicodependentes e a percepção destes enquanto figuras do medo na cidade. Segundo estes autores os arrumadores são vistos como toxicodependentes e criminosos (sendo que muitos o possam ser de facto) e como uma ameaça para os carros. No entanto, tal como já tinha sido observado por Carla Machado (2004), apesar do arrumador de carros estar associado ao estereótipo do «drogado» e, por isso, ser considerado uma figura que provoca medo, “o medo que se lhe associa é menor” porque exerce-se “um maior controlo sobre o seu comportamento através da nossa própria conduta («dar a moedinha»)” e o risco de não dar moeda é uma ameaça sobre o carro e não uma ameaça pessoal (Machado, 2004: 210).

Também Grady e Greene (2003), num estudo sobre a erradicação da prática do *squeegee* entre jovens sem-abrigo, referem que apesar dos estudos apontarem para uma maior propensão para o crime entre indivíduos sem-abrigo (devido ao maior risco de contacto com a polícia), outros estudos também demonstram que os jovens sem-abrigo que desempenham a actividade de *squeegee* têm menos propensão para o crime que outros jovens sem-abrigo que não pratiquem esta actividade. Concluíram ainda, que a erradicação deste tipo de práticas não torna, à partida, as cidades mais seguras, mas representa a deterioração das condições de vida destes indivíduos e um agravamento das relações com a polícia e o sistema judiciário.

Desta forma, as diversas associações à figura do arrumador são à partida discriminatórias e estigmatizantes (Pais, 2001; Matias e Fernandes, 2009, Fernandes, 1998) e tendem a agravar as situações de vulnerabilidade ou exclusão social e reforçar a *marginalidade*, o que por sua vez justifica acções de maior vigilância e medidas de controlo social sobre esta população.

mais vulneráveis ao crime (como as mulheres e os idosos) serem também os grupos que apresentam mais medo do crime, as estatísticas indicam uma menor prevalência de serem vítimas (Machado, 2004).

1.4- Estudos e levantamentos em Portugal sobre arrumadores de carros

Em Portugal, os estudos sobre os arrumadores de carros são escassos e são geralmente desenvolvidos pelos municípios, que se confrontam com o problema, ou pelos serviços de apoio. Paralelamente, podemos ainda encontrar algumas referências à actividade de arrumação de carros em estudos dedicados a outras problemáticas como é o caso de estudos sobre sem-abrigo, toxicodependentes ou crianças de rua. Os dados empíricos permitem sintetizar, em termos gerais, as características dos arrumadores de carros, de forma a perspectivar formas de prevenção e de intervenção para com o fenómeno.

Quadro 1. 1: Revisão Empírica - características dos arrumadores de carros

Estudo sobre os arrumadores não-credenciados da cidade de Lisboa (1996)
<p>Estudo desenvolvido pelo Gabinete de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) a pedido da Câmara Municipal de Lisboa que conclui:</p> <ul style="list-style-type: none">-Existiam 693 arrumadores em Lisboa;- 672 são do sexo masculino (97%) e 21 são do sexo feminino (3 %)- Idades compreendidas entre os 21 e os 40 anos;- Pouco escolarizados (a maioria possui o 1.º CEB – 27,1%; 2.º CEB – 26,7% ou 3.º CEB – 25,7%)- solteiro (59,5%) <p>e no passado exerceram profissões diferenciadas,</p> <ul style="list-style-type: none">- 25% vive sozinho;- 43% reside em casas ou apartamentos, 15% reside em casas abarracadas ou barracas; 4,6% não tem sítio certo;- A maioria é proveniente de contextos familiares destruturantes;- Desempregados;- 35,9% exerce a actividade de arrumação de carros há mais de dois anos;- A maioria tem necessidade de obtenção diária de dinheiro para consumos (álcool e drogas)- Auferem em média cerca de 4 mil escudos por dia.- 193 lugares de arrumação;
Estacionamento sem riscos, arrumadores sem exclusão - Lisboa (Nave, 2004)
<p>Estudo desenvolvido pelas equipas de rua da Associação Crescer Maior durante o ano de 2003:</p> <ul style="list-style-type: none">-Foram abordados 479 arrumadores;- A freguesia com mais arrumadores é a freguesia de Benfica, seguida da freguesia de Santa Maria de Belém;- 64% tem associada como principal problemática a toxicodependência;- 96% são do sexo masculino;- Idade média: 35 anos;

<ul style="list-style-type: none">- 84% possuem nacionalidade portuguesa;- 46 % com habitação própria e 31% sem-abrigo.- Mais de 50% da população não tem mais que o 2.º ciclo.
177 arrumadores no Porto (falta completar).
Os Sem-tecto realidades (in)visíveis, ISS, IP/ 2005
Mais de metade desta população (58%, 244 de um total de 418 inquiridos) sobrevive na rua recorrendo a actividades pontuais, algumas das quais ilícitas nomeadamente, arrumação de carros, mendicidade, biscates/ venda ambulante e prostituição.
Projecto Porta Aberta – Leiria (ASAL)
<p>Projecto desenvolvido pela Associação de solidariedade Académico de Leiria entre 2006 e 2010.</p> <ul style="list-style-type: none">- Em 2010 foram identificados 58 arrumadores de carros dos quais:- A maioria dos indivíduos é do sexo masculino (53 indivíduos – 91,4%). Foram identificadas 5 mulheres (8,6%).- 68% dos arrumadores têm entre 30 e 49 anos;- A maioria possui habilitações literárias muito baixas (ao nível do 1.º CEB [21,43%] e do 2.º CEB [38,10%]);- Estão desempregados (80%) sendo que o número de reformados representa cerca de 11%.- Como principais problemáticas identificadas, evidenciam-se com maior peso a toxicod dependência (59%) e o alcoolismo (18%).- 37,5 % têm como fontes de rendimentos principais ou paralelas à arrumação de carros prestações sociais (Rendimento Social de Inserção, pensões de invalidez ou pensões sociais). <p>No que concerne à habitação uma parte ocupa casas abandonadas (9%) ou residem em habitações bastante precárias (sem água e sem luz) e uma grande grupo dos indivíduos vive em pensões (muitas vezes financiadas pela Segurança Social) ou em quartos alugados (50%).</p>

Como evidencia o quadro acima apresentado e tendo em conta os dados compilados no anexo A dos territórios identificados ao abrigo do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) - 2008 que identificam como problema e/ou prioridade a intervenção junto de arrumadores de carros, salienta-se o perfil mais comum do arrumador de carros: homem, entre os 20 e os 40 anos, residente numa cidade do litoral (a maioria concentra-se em Lisboa e Porto), com baixas habilitações literárias, toxicod dependente, com um percurso profissional caracterizado normalmente por uma sucessão de trabalhos precários, e conseqüentemente, instabilidade profissional, acrescentando o facto de que na maioria dos casos, não efectuaram descontos para a segurança social, pelo que, uma vez despedidos ficam à margem, dos mecanismos de protecção social associados ao emprego. É ainda de realçar que existe um

número considerável de indivíduos que mesmo beneficiando de apoios sociais, tem necessidade de recorrer a esta actividade para complementar o seu orçamento diário (principalmente ao fim do mês). Por outro lado, é significativo a proporção de indivíduos que não têm sítio certo de residência, que ocupa casas abandonadas ou que reside em quartos ou pensões financiados pela Segurança Social¹⁸.

Tendo em conta os escassos estudos sobre esta temática, não é possível estimar a dimensão do fenómeno em Portugal. Além disso, trata-se de uma população bastante flutuante e com diferentes ritmos e necessidades, organizando a sua actividade de modo muito diferenciado: “muitos dos arrumadores, dedicam-se a esta actividade ocasionalmente, enquanto que outros o fazem continuamente e já há alguns anos” (Nave, 2004: 43). E nalguns casos a suspensão dos consumos parece estar associada ao fim da actividade de arrumação de carros. Saliente-se ainda, a imagem e as representações sociais negativas associadas a esta prática.

Por conseguinte, trata-se de uma população com trajectórias marcadas por sucessivas situações de vulnerabilidade ou de risco (baixas qualificações académicas, precariedade do trabalho, problemas de saúde, famílias destruídas), que podem conduzir à conseqüente perda de estatuto social e à ruptura identitária (ex: desemprego, toxicoddependência), que por sua vez conduzem a processos de *desqualificação social* (Paugam, 2003) ou de *desafiliação* (Castel, 1997).

De acordo com o salientado, importa compreender o fenómeno numa perspectiva abrangente que inclua outras etapas do processo de exclusão social (e não apenas a etapa da marginalização extrema) de forma a perspectivar formas de intervenção e de prevenção focalizadas segundo domínios de exclusão social (como a educação, a habitação, a família, saúde e o emprego). E, paralelamente, a partir da análise das suas trajectórias compreender as suas necessidades e problemas para a intervir de forma especializada e integrada.

1.5 - Factores que conduzem a uma situação de arrumação de carros

Tendo em conta o que foi referido no ponto anterior, são vários os factores que podem levar um indivíduo a recorrer à actividade de arrumação de carros, evidenciando-se uma multiplicidade de trajectórias marcadas pela sucessão de situações precárias que agravadas

¹⁸ Tendo em conta a definição adoptada na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo, baseada na tipologia da FEANSA, considera-se “pessoa sem-abrigo, aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição sócio-económica e condição de saúde física e mental, se encontra: sem-tecto – vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; e sem casa – encontra-se em alojamento temporário destinado para o efeito” (ENIPSA, 2009:51)

pelas dificuldades sócio-económicas e por problemas de saúde e associados a estereótipos negativos levam um indivíduo a recorrer a esta prática. Desta forma, e tal como refere Matias (2008: 7), “estes indivíduos são elementos de uma espiral de desintegração, de estigma social e de marginalidade que não responde a vontades individuais” mas que contribuem para prolongar processos de exclusão social.

Apesar da diversidade de factores que conduzem à arrumação de carros e que são transversais a outros grupos que se encontram em situação de pobreza ou exclusão social, seguem-se as principais características sociais e económicas, bem como os factores de risco apresentados nos diversos estudos.

Quadro 1. 2: Factores e Perfis apresentados nos diversos estudos empíricos

Desemprego, toxicodpendência, a necessidade de subsistências do próprio ou de familiares, a arrumação de carros como estratégia de complemento do salário ou reforma, o abandono familiar e doenças ou deficiências físicas inviabilizadoras de acesso ao mercado de trabalho (Pereira e Silva, 1996: 44)
“experience higher levels of physical, sexual, and psychological abuse” “the incidence of substance use and abuse among street youths is much greater than that of general population” (Grady, Bright and Cohen, 1998: 316)
Revelam vivências desestruturantes ao nível familiar e individual, como o divórcio dos pais, abandono por parte de um dos progenitores, vivência em famílias ou instituições de acolhimento, insucesso escolar e abandono precoce da escola (Nave, 2004: 42)
Desemprego, alcoolismo, perturbações psiquiátricas, situação socioeconómica e sobretudo a toxicodpendência (Nave, 2004: 42)
Filhos de famílias pouco escolarizadas e profissionalmente pouco qualificadas, vivendo em habitações precárias com famílias numerosas, estas crianças, pelos seus percursos de vida parecem reunir todas as condições para se integrarem no ciclo reprodutivo da pobreza (Sebastião, 1998: 42).

De entre as diversas características sociais e económicas relacionadas com prática da arrumação de carros os vários estudos salientam: o desemprego, problemas de saúde mental, toxicodpendência e o alcoolismo. Sendo estas características frequentemente consequência de rupturas ou riscos anteriores. Tal como refere João Sebastião (1998: 36) num estudo sobre crianças de rua (em que muitas das quais recorrem à prática da arrumação de carros), “a fuga a um conjunto de situações adversas (pobreza, violência familiar, insucesso escolar e conflito com colegas e professores) pode simplesmente dar origem à queda noutras

(toxicodependência, exploração sexual, agressões, etc), reforçando a integração em redes de tipo marginal”. Saliente-se, portanto, que o recurso à prática de arrumação de carros decorre de uma sucessão de factores ou situações vulneráveis que se vão agravando e acumulando no tempo.

Neste sentido, e à semelhança do que se defende a propósito dos sem-abrigo, é importante ter em conta a diversidade de riscos que conduzem a situações de exclusão social:

É pertinente uma análise de vários tipos de riscos – riscos biográficos (pobreza, estrutura familiar, condição social dos pais, educação, saúde, emprego); riscos sociais (desemprego, evolução mercado habitação, envelhecimento da população e aumento da dependência) – que, em função das redes de segurança, ou capital social disponível (incluindo o sistema de apoio social), se tornam susceptíveis de levar a situações de exclusão social (Menezes, 2009: 265).

Verifica-se que a articulação entre a prática do Serviço Social e a investigação social poderá beneficiar de estudos focalizados de aprofundamento acerca deste grupo específico que permitam fazer a distinção entre características sociais e económicas dos arrumadores de carros, e os factores que estão de facto subjacentes a essa mesma situação. Nesta perspectiva, afigura-se como importante o desenvolvimento de medidas de apoio a montante, sendo que se entende como tal compreender o que levou à toxicodependência, ou ao desemprego. Neste trabalho, pela análise das trajectórias procura-se dar alguns passos nesse sentido

Não obstante o que ficou dito, segue-se uma breve contextualização dos principais factores e características sociodemográficas que têm sido salientados nos diversos estudos, e já acima sintetizadas.

1.5.1 Toxicodependência

Tendo em conta os vários estudos empíricos, uma das características mais elencada, é o facto da maioria dos arrumadores serem toxicodependente. Nesta óptica, importa sobretudo perspectivar o fenómeno da toxicodependência como consequência de outras rupturas e como um dos principais mecanismos de exclusão social, tal como defendem Capucha *et al* (2002:) “pelos efeitos corrosivos dos laços sociais que a toxicodependência representa serão um dos grupos mais vulneráveis à exclusão, tendendo aliás, a fazer alastrar essa vulnerabilidade ao círculo das suas relações”.

A este propósito Paugam (2003: 104) refere que o consumo e o tráfico de drogas dos *marginais*, está associado a trajectórias ligadas a pertenças sociais desfavorecidas e “à acumulação de fracassos desde a infância e a adolescência”. Também Sara Galvani (em Davies, 2008) identificou como possíveis factores antecedentes ao consumo de álcool e

drogas – problemas familiares, problemas na escola ou no trabalho, problemas de finanças, problemas de saúde mental e física – que conduziram ao consumo de drogas.

Outras perspectivas associam a arrumação de carros como resultado do consumo de drogas duras que exige a obtenção diária de determinadas quantias de dinheiro, que por sua vez inviabiliza a inserção no mercado de trabalho ou a manutenção de um emprego (Pereira e Silva, 1996). A actividade de arrumação de carros, para além da obtenção diária de dinheiro para consumos permite ainda grande flexibilidade de horários o que dá uma “ilusão de liberdade” (Pais, 2001: 330) para um modo de vida ditado pelos tempos de consumo/ressaca/angariação de dinheiro.

No estudo de Matias e Fernandes (2009: 13), os arrumadores de automóveis toxicodependentes, ou também designados de *junkie*¹⁹, encontram-se na situação extrema do consumo de drogas duras e ocupam os designados *territórios psicotrópicos*²⁰, em que “a vida deste actor é, então, dominada pelo consumo de heroína e por formas de arranjar meios para obtê-la”, ignorando, por vezes, os meios utilizados.

A necessidade de obtenção de dinheiro para comprar o produto conduz o *junkie* a dois tipos de actividades (Stephens, citado por Matias e Fernandes, 2009): o *copping* (procura da substância psicoactiva: heroína ou cocaína) e o *hustling* (prática de crimes²¹ para obter dinheiro para comprar a substância). Neste sentido, a actividade de arrumação de carros pode ser entendida como uma forma de diminuir o segundo tipo de actividades, ou seja, pode ser considerada uma posição de resistência ao mundo do crime (Matias e Fernandes, 2009). Por outro lado, a liberalização desta prática pode conduzir a situações de cronicidade ou de desistência face à sua condição de marginal (2009).

Importa referir que o consumo e o tráfico de drogas remete para a distinção entre ilegalidade e crime, de acordo com a Lei n.º 30/2000 de 29 de Novembro, o consumo é descriminalizado mas penalizado (por coimas e outras medidas, uma vez que a substância permanece ilegal) e o tráfico é considerado crime (tipificado no código penal). Da mesma

¹⁹ No estudo etnográfico sobre a droga nos bairros sociais na cidade do Porto, Luís Fernandes (1998: 185), descreveu o «junkie», como um indivíduo caracterizado por recorrer quotidianamente a uma multiplicidade de estratégias e tarefas para *arranjar o pó*. Este caracteriza-se ainda por ser especialista nos locais de tráfico, conhecedor dos diferentes *dealers* e horas de venda é também um “especialista do interstício financeiro”, ou seja, conhece os locais onde pode vender objectos ou formas de arranjar dinheiro.

²⁰ Os territórios psicotrópicos é a designação utilizada por Luís Fernandes (1998:32) para definir os “lugares urbanos onde é visível a ocorrência de actividades ligadas às drogas, desde o comércio ao consumo, passando pelo convívio e pela ocupação do tempo tendo como elemento importante do encontro as drogas ilegais”.

²¹ Segundo Matias e Fernandes (2009) está associado ao *junkie* a prática de crimes, sendo que predominam os crimes contra o património, assim “os crimes violentos representarão uma percentagem muito baixa, estando a maioria deles relacionada com o funcionamento das economias subterrâneas que asseguram a provisão de substâncias ilegais (*idem*, 2009: 14).

forma, a actividade de arrumação de carros quando não licenciada é uma actividade ilegal e por isso, constitui uma contra-ordenação (são aplicadas coimas mas não é crime).

É frequente a associação da toxicod dependência à actividade de arrumação de carros, no entanto, é importante perceber a toxicod dependência sobretudo em consequência de vários factores ou rupturas anteriores (como a violência familiar, má relação com professores, dificuldade de aprendizagem, etc), e o recurso à prática de arrumação de carros “como sinal de decadência” e de estigmatização (Paugam, 2003: 104 e 105). É em torno destes factores e na prevenção destes fenómenos que o Serviço Social deve perspectivar este problema.

1.5.2 – Desemprego

O desemprego assume grande proporção nesta população, pelo que constitui, e em particular o desemprego de longa duração, um factor de exclusão social (Capucha *et al*, 2002). A importância do trabalho nas sociedades modernas reside não só no rendimento que este proporciona mas também como referência para o estatuto social e o estabelecimento de redes de solidariedade.

Para Gomes *et al* (2008: 5) a opção pela arrumação de carros é não só uma questão de sobrevivência mas também uma forma de inserção no mercado de trabalho, ainda que informal. Para estes autores e na lógica dos direitos humanos, o trabalho é considerado um valor essencial para a dignidade humana, pelo que defendem que “o trabalho enobrece e tonifica o sujeito economicamente ativo, em cidadão com identidade trabalhadora para efeitos de estabelecer, como consumidor, relações no setor económico”. A prática da arrumação de carros encontra-se associada, por um lado, a uma forma de sustento próprio ou da família, e por outro lado, como estratégia superadora “de dificuldades de acesso ao mercado de trabalho por motivo de doença ou invalidez ou, ainda, por insucesso na profissionalização” (Pereira e Silva, 1996: 44).

Saliente-se, também, a grande prevalência de situações marcadas pela precariedade laboral (a actividade profissional que agrega mais sujeitos antes e como actividade paralela à arrumação de carros é a dos pedreiros, carpinteiros e trabalhadores similares) e situações de desemprego de longa duração que associados a outros factores (perturbações mentais, consumo de estupefacientes, reformados, entre outros) conduzem à prática da arrumação de carros (Pereira e Silva, 1996).

1.5.3 - Estigma e identificação cultural

No estudo de Pereira e Silva (1996: 46) foi salientado que apesar de “aproximadamente metade dos indivíduos não gosta de a exercer” (1996: 46) a maioria tinha intenção de

continuar a actividade de arrumador de carros independentemente de gostar ou não, o que parece evidenciar alguma adaptação ou persistência deste modo de vida.

Também a este propósito saliente-se o estudo de Grady, Bright e Cohen (1998) sobre o impacto do *squeegee cleaning* entre os jovens sem-abrigo de Toronto, segundo estes autores esta prática diminui a prevalência de actividades associadas ao crime e permite que estes jovens tenham melhores condições habitacionais, no entanto, não funciona como uma saída da rua mas como uma forma de resistência às normas convencionais. Desta forma, mantêm um estilo de vida marginal sem recorrerem, tantas vezes, ao crime. Importa, clarificar que no caso de não licenciada a actividade de arrumação de carros é uma actividade ilegal e que por isso, constitui uma contra-ordenação (pelo que podem ser aplicadas coimas) mas esta distingue-se do crime²².

Tal como também já foi referido, a persistência deste tipo de situações pode estar relacionada com o estigma que lhe está associado que limita as suas possibilidades futuras e que, portanto, fomenta a aproximação ao “grupo”²³ dos seus semelhantes a par do afastamento em relação aos restantes laços sociais. Os marginais, tal como foi descrito por Paugam (2003: 106), marcados pelo descrédito e pelo estigma de «incapazes» e «vadios» adaptam-se a um modo de vida e às exigências de uma vida precária, neste sentido, “a saída lógica para esta situação muito humilhante é aceitar a exclusão social e viver num mundo desfavorecido, fora dos constrangimentos impostos pela sociedade global”.

1.6 - Políticas Sociais, medidas de política e respostas locais dirigidas aos arrumadores de automóveis

Tendo em conta que a problemática dos arrumadores inscreve-se ou relaciona-se com outras problemáticas, no que concerne às políticas públicas em matéria de pobreza e exclusão social, importa ter presente as directrizes e recomendação da União Europeia. Assim, é de realçar a decisão dos Estados-Membros da UE, no Conselho Europeu de Lisboa (2000), reiterados posteriormente no Conselho de Nice (2000), de lutar contra a pobreza e exclusão social. No seguimento deste Conselho passaram a ser definidos Planos Nacionais de Acção Para a Inclusão (PNAI), com o objectivo de definir as principais prioridades em matéria de inclusão social, que em 2006 passaram a estar incluídos na Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social (ENIPSA).

²² Segundo Dias e Andrade (1997: 65), “crime em sentido criminológico será todo o comportamento – mas só aquele – que a lei criminal tipifica como tal”.

²³ A este propósito ver Pais (2001) que identificou nos relatos dos jovens arrumadores uma identidade própria expressa na expressão: “nós, os arrumadores” ou um quase-grupo (Matias, 2008).

No último PNAI 2008-2010 foi definida a necessidade de ultrapassar as discriminações e promover a inclusão social de vários grupos específicos²⁴, dos quais se destacam os sem-abrigo, grupo próximo dos arrumadores de carros, e para os quais se definiu as seguintes medidas de política: definição de planos individuais de inserção e implementação de um sistema de informação e monitorização do fenómeno sem-abrigo (PNAI: 58). No seguimento desta medida e da crescente preocupação europeia e nacional na definição e análise do fenómeno dos sem-abrigo, está em fase de implementação a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA), 2009 – 2015, que visa fomentar uma mudança de paradigma na intervenção junto dos sem-abrigo (frequentemente caracterizada de assistencialista e reprodutora da situação), diagnosticando e acompanhando as pessoas em situação de sem-abrigo numa abordagem integrada e “garantindo que ninguém tenha de permanecer sem alojamento condigno” (ENIPSA, 2009: 5).

Paralelamente é ainda importante salientar as políticas públicas na área da toxicodependência, nomeadamente a recente implementação do Plano Operacional de Resposta Integradas (PORI), que se enquadra no âmbito do Plano Nacional Contra a Droga e a Toxicodependência 2005-2015, ao privilegiar a intervenção integrada no âmbito do consumo de substâncias psicoactivas e no âmbito do Plano Nacional de Saúde 2004-2010 ao privilegiar a territorialidade e a intervenção integrada. O PORI pretende disseminar a prática da intervenção baseada em necessidades concretas a nível local, mobilizar recursos e potenciar as sinergias disponíveis através da implementação de Programas de Respostas Integradas (PRI). O PORI tem como princípios estratégicos a parceria, a participação, a integração e a territorialidade.

Considerando os aspectos inovadores das novas políticas públicas em matéria de pobreza e exclusão social, saliente-se a tentativa de ruptura com a intervenção dita tradicional e orientada para as situações extremas de exclusão social, ou seja, para os efeitos do *disfuncionamento social*. Neste contexto, a intervenção social junto dos arrumadores de carros implica ter presente não só as orientações políticas, mas também reequacionar um novo olhar e atitude para com estes sujeitos cujas trajectórias de vida são marcadas por sucessivas perdas, por outras palavras, “é necessário reequacionar e questionar as perspectivas em que olhamos a pessoa excluída e assistida que destacam as problemáticas, carências e *defits*” (Guadalupe,

²⁴ O PNAI 2008 – 2010 definiu os seguintes objectivos políticos prioritários para promover a Inclusão Social:
i) Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania.
ii) Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação
iii) Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente: pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas.

2009:109). E tendo presente os riscos do proibicionismo e, por outro lado, da legalização desta actividade, privilegiar as intervenções direccionadas para a resolução dos problemas efectivos destes indivíduos. Deixar de arrumar carros não resolve, por exemplo, o problema da toxicodependência ou da pobreza.

1.6.1 – Políticas Sociais Locais (autarquias)

Em Portugal, a questão dos arrumadores de carros, à semelhança de outros problemas relacionados com a pobreza e a exclusão social, tem sido abordada localmente e frequentemente numa perspectiva de combate ao sentimento de insegurança e de erradicação do problema, pelo que a resposta política de muitos Concelhos tem sido o reforço do controlo policial e a proliferação de parquímetros (Pais, 2001; Matias e Fernandes, 2009).

As primeiras acções para resolver o problema dos arrumadores de carros surgiram nas cidades onde este problema é mais visível: no Porto e Lisboa. No Porto, recorde-se a intenção do autarca, Rui Rio, em 2002 que pretendia erradicar os arrumadores através do Projecto Porto Feliz. Este projecto, extinto em 2007, tinha como objectivo diminuir as zonas de exclusão (ocupadas por arrumadores e sem-abrigo) e restituir uma adequada qualidade de vida aos actores sociais excluídos, através da criação de equipas de rua de proximidade (equipa de vinculação) e de respostas habitacionais e de reinserção (apartamentos de reinserção, centro de acolhimento temporário e centro de actividades ocupacionais). Para além disso, apostou na sensibilização da opinião pública e no apelo à não contribuição dos automobilistas²⁵. Já em Lisboa, o poder autárquico, optou por conceder licenças e estipular os locais de arrumação de carros com base no decreto-lei n.º 310/2002 que atribui às Câmaras Municipais competências no licenciamento dos arrumadores.

Recentemente a Câmara Municipal de Faro optou por conceder licenças a 17 arrumadores de carros e aplicar coimas a quem prevaricar²⁶. E a Câmara Municipal de Leiria em conjunto com outras entidades (PSP, Segurança Social e Comissão de Dissuasão da Toxicodependência) implementou um projecto de integração de 7 arrumadores beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) nas brigadas de jardinagem do município ao abrigo

²⁵ O lema, por muitos considerado polémico, era “Arrume de vez com a exclusão. Contribua. Não dê nada. Nós damos por si”. A propósito deste programa e em particular, sobre a vontade política de erradicar este fenómeno, Matias e Fernandes (2009: 10), referem que com esta medida “a acção política legitimava pois a percepção circulante de que o arrumador, muito em razão da sua toxicodependência, constituía um potencial de ameaça” e, por isso, teria de ser retirado ou forçado a sair das ruas.

²⁶ A coima varia entre 60 a 300 euros (DN – 05-01-2011).

de contratos de emprego-inserção (CEI)²⁷. Este Projecto prevê ainda um reforço da vigilância dos parques de estacionamento e uma campanha de sensibilização da população para “não dar moeda”²⁸.

Nesta senda, e tal como alertou Pereira e Silva (1999) as políticas públicas dirigidas aos arrumadores de automóveis alternam entre atitudes mais tolerantes e compreensivas, correndo o risco de perpetuar dependências, ou atitudes mais receosas e proibitivas, podendo desencadear o aumento da pequena criminalidade. Importa ainda salientar que a maioria dos arrumadores não tem os requisitos necessários para a sua legalização (documentos de identificação e registo criminal limpo).

1.6.2 “Riscos” da criminalização ou erradicação

A actividade de arrumação de carros parece constituir-se como uma forma de regulação social, permite-se uma actividade ilegal para evitar “males maiores” como o roubo ou o aumento da criminalidade. Contudo, parece ser uma actividade em extinção, ora pela proliferação de parquímetros, ora pelo aumento do controlo policial e da “vontade política de «erradicação dos arrumadores»” (Matias e Fernandes, 2009).

Se essa continuar a ser a tendência, vários autores sugerem que estes indivíduos irão, de facto, “cair na delinquência, agravando a sua condição de marginalidade” (Pais, 2001: 340), ao invés de contribuírem para a resolução dos problemas que conduzem este indivíduos a adoptarem esta actividade (como, por exemplo, os problemas de toxicod dependência ou o alcoolismo). O endurecimento das medidas repressivas conduz também ao afastamento dos problemas para as zonas menos visíveis da cidade, como são, por exemplo, os bairros sociais e para um agravamento dos processos de marginalização (Fernandes, 1998).

A este propósito refira-se um estudo desenvolvido por Grady e Bill sobre a política de erradicação dos *squeegee kids* e de outras formas de mendigar consideradas «agressivas», no Estado de Ontário no Canadá em 2000. Segundo estes autores, estas medidas foram desencadeadas na sequência da ideia generalizada de que estes jovens eram violentos e

²⁷ Os CEI podem ser dirigidos a desempregados beneficiários de rendimento social de inserção, CEI+, ou dirigidos a desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego, e têm uma duração máxima de 12 meses.

²⁸ O Projecto teve início em Abril de 2011 pelo que ainda não é possível avaliar o impacto do Projecto. Os beneficiários do projecto tiveram uma formação inicial que permitiu identificar os primeiros constrangimentos: dificuldades ao nível da gestão do tempo e cumprimento de horários (no 1.º dia um dos indivíduos faltou); dificuldades ao nível da alimentação, uma vez que lhes foi exigido, tal como aos outros funcionários, trazer o almoço e tendo em conta que estes indivíduos só iriam auferir o primeiro ordenado no último dia útil do mês de Abril gerou alguma dificuldade. No 1.º mês registaram-se duas desistências sendo que um deles regressou ao parque de estacionamento e ao outro foi atribuída pensão por invalidez. Havia ainda a intenção de prosseguir com pequenas acções de formação de acompanhamento e avaliação do projecto. Actualmente o Projecto acolhe 10 indivíduos e colocou placas nos parques de estacionamento que dizem: “Dar moeda não resolve a situação”.

criminosos e, por isso, em nome da segurança pública teriam de ser erradicados. No entanto, os autores concluem que a medida não erradicou totalmente a prática, apenas a deslocou, os *squeegee* deixaram de estar visíveis ao olhar dos turistas no centro da cidade para agora desempenharem a actividade nos subúrbios e nas zonas de acesso às auto-estradas. Consideram ainda que esta medida agravou as condições de vida destes indivíduos e que privados de uma estratégia de angariação de recursos, muitos optaram por pedir esmola, vender drogas ou estão dependentes dos serviços sociais. Além disso, agravou-se a relação destes indivíduos com a polícia, consequência de uma maior vigilância e aumentou a possibilidade destes serem punidos: “The OSSA is clearly criminalizing the economic activities of those who are among socially excluded in Canadian society” (2003: 12).

Similarmente, a par desta visão de *tolerância zero do desvio* (Matias e Fernandes, 2009), as políticas interventivas das instituições que lidam com esta população são ainda, frequentemente, orientadas para as situações extremas e para a satisfação de necessidades básicas, desvalorizando que existem outras necessidades (e.g., qualificação e formação profissional, promoção de sentido de autonomia e auto-eficácia) que quando satisfeitas poderão por si mesmas facilitar a satisfação de necessidades primárias” (Jesus e Menezes, 2010: 528).

Por isso, tentar-se-á, de seguida, perceber quais as respostas sociais disponíveis e o papel do Serviço Social junto desta população para delinear formas de actuação a montante das situações de *fim de linha* da exclusão social.

1.6.3- Respostas sociais

As respostas sociais e serviços dirigidos aos arrumadores inserem-se num conjunto de respostas generalistas para pessoas em situação de pobreza e exclusão social, tais como Rendimento Social de Inserção (RSI), serviços de acção social quer de instituições públicas quer de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

No que concerne ao RSI, apesar de se constituir como uma medida vocacionada para as situações de maior precariedade económica e social e de efectivamente em muitos casos cumprir o seu papel, dificilmente chega às situações extremas ou marginais, quer pelas exigências legais, é necessário o requerente ter morada, bilhete de identidade e inscrever-se no centro de emprego quer pela lentidão dos procedimentos administrativos que desencorajam estes indivíduos já fragilizados e/ou desconfiados a completarem todo o processo. Por outro lado, “a ausência de referências no tempo, a desconfiança, até mesmo a penúria face aos serviços administrativos, a obrigação de se apresentarem sucessivamente em vários

organismos para regularizar situações sempre complexas não facilitam, de igual modo, as diligências” (Paugam, 2003: 19).

Neste âmbito inserem-se ainda as equipas de rua enquanto resposta social desenvolvida através de um serviço de proximidade com os indivíduos e o contexto em que se insere o fenómeno. Este tipo de intervenção permite o “estabelecimento de relações de proximidade com populações que não se deslocam a qualquer tipo de estrutura especializada” (Nave, 2004: 42). Actuam como mediadoras, facilitando o acesso a outras estruturas especializadas. Assentam o seu modo de actuação, na rotina de passagem e no contacto directo com os indivíduos e o seu contexto, articulando com outros apoios/ serviços.

Tal como evidenciou Américo Nave (2004:48), a experiência de terreno evidencia a necessidade de prosseguir e alargar este tipo de resposta uma vez que “o conhecimento destes indivíduos sobre estruturas de tratamento, acção social e apoios pecuniários é deficitário ou mesmo nulo e verifica-se uma desacreditação nas mesmas”.

1.7 - Novos desafios para o Serviço Social

De acordo com o salientado, e tendo em conta os objectivos a que se propõe, garantir o respeito pelos Direitos Humanos, o Serviço Social assume um papel central na intervenção junto de sujeitos em situação de vulnerabilidade, desvio ou exclusão social.

Desde a sua génese que o Serviço Social move-se entre duas posições de encarar os problemas sociais: “a primeira de carácter tradicional e assente na assistência filantrópica ou caritativa em que a ajuda é perspectivada “como basicamente geradora de dependência e da manutenção (eventual agravamento) dos problemas sociais, consequentemente perspectivada pela lógica moralizadora de prevenção das (eventuais) fraudes e/ou abusos” (Monteiro, 1996: 129). E a segunda, numa perspectiva de “enfrentamento público daqueles problemas, pela deslocalização do espaço privado para o terreno das questões públicas” (1996: 142).

Seguindo esta linha de pensamento, para Alcina Monteiro (1996), a prática do Serviço Social tem vindo a adoptar perspectivas críticas de enfoque dialéctico que contextualizam os problemas sociais no quadro das transformações globais que caracterizam as sociedades contemporâneas. Nesta perspectiva, o Serviço Social rejeita “uma intervenção focalizada nas manifestações individualizadas dos problemas sociais e psicologização do seu «tratamento» ” (Monteiro: 1996: 141), mas assente na *mediação estatal* e na mobilização dos recursos e capacidades dos indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade ou marginalidade.

Nesta senda Robert Castel (1997) distingue dois tipos de políticas sociais: 1) as políticas de inserção que intervêm junto de sujeitos em situação de extrema vulnerabilidade ou em

situação de exclusão social (exemplo destas políticas é o actual Rendimento Social de Inserção que visa minorar a situação de vulnerabilidade social através de uma prestação pecuniária que pressupõe um contrato); 2) as políticas de integração que visam intervir a montante das situações de extrema vulnerabilidade ou exclusão social. Esta última opção seria a mais eficaz e de carácter preventivo mas é insuficientemente implementada. Pelo que se sugere relevante promover intervenções assentes na participação, no *empowerment* e na promoção da cidadania.

1.7.1 Abordagem integrada/ Intervenção em rede

Tendo em conta o que foi dito, é fundamental privilegiar uma abordagem integrada, numa lógica de intervenção em rede, e de desenvolvimento local em que o sujeito está no centro da acção. Assim, é importante numa primeira fase activar as redes primárias e/ou secundárias na perspectiva de recuperar o sentimento de pertença, de dignidade e “aumentar a teia relacional” destes indivíduos (Bento e Barreto, 2002: 111). Dado que “o indivíduo atingido ao nível das suas afiliações encontra-se diminuído ao nível do sentimento de pertença social, dos laços com os diversos grupos sociais, encontrando-se destituído de estatuto e de eficácia para aceder a recursos e para conduzir a sua vida com liberdade e independência” (Bento e Barreto, 2002: 98).

De acordo com a definição do *Dictionnaire Critique de L’action Sociale* (Barreyre citado por Guadalupe, 2008: 109) “a intervenção em rede é uma forma de pensar e de fazer que consiste em observar os problemas da sociedade como problemas gerados pelas relações sociais e aspira a resolvê-los não sobre os factores puramente individuais ou pelo contrário puramente colectivos ou estruturais, mas através de novas relações sociais e de novas organizações”.

Nesta perspectiva é importante reequacionar o papel do interventor social para com os sujeitos com quem trabalha e aproximar os serviços ou organizações entre si. Em Portugal, esta mudança ao nível da intervenção social tem sido influenciada por uma nova geração de políticas sociais que visam introduzir “uma filosofia de cidadania activa, enfatizando a sua relação com o utente enquanto cidadão e não meramente como assistido” (Guadalupe, 2008: 112). A este propósito destaca-se as linhas orientadoras para a intervenção social do PORI (2009):

A Intervenção em Rede traduz-se na activação e construção de parcerias para a intervenção, ou seja, acções conjuntas definidas e operacionalizadas por vários actores (individuais ou colectivos) que têm um objectivo comum e que para a sua concretização partilham e disponibilizam vários recursos (conhecimento, oportunidade, logísticos, financeiros, humanos, etc).

Não obstante, a preocupação com a intervenção em rede e de constituição de redes, por vezes «redes de redes», não deve afastar o assistente social da sua relação com o sujeito. A intervenção em rede passa por criar novas redes, no caso de indivíduos em situação de isolamento social, ou por potenciar a rede (Guadalupe, 2008).

Neste contexto, o trabalho de rua assume um papel importante “na medida em que traduz uma atitude activa de ir ao encontro destas pessoas e procurar proporcionar-lhes algum tipo de experiência «de ligação»” (Bento e Barreto, 2002: 111). Desta forma, o 1.º passo é estabelecer uma relação pessoal e de confiança com o sujeito e “é preciso respeitar os seus ritmos e timings, sem desistir” (2002: 111). Segue-se a criação ou activação da rede primária e secundária no sentido de recuperar o sentimento de pertença e diminuir o estigma.

1.7.2 - Promoção do Empowerment e da participação

A intervenção do Serviço Social junto de pessoas em situação de vulnerabilidade ou marginalidade passa necessariamente pela promoção da cidadania e pela distribuição de poder junto *dos cidadãos virtuais*²⁹, o que implica uma estratégia de intervenção assente na participação dos sujeitos no processo de resolução da situação e/ou no seu processo de mudança (Silva, 2003)³⁰. Seguindo esta perspectiva, a promoção da participação e do *empowerment* permite por um lado “o acesso a direitos anteriormente não usufruídos e, por outro, potencializará as possibilidades de participação, na sociedade, de indivíduos anteriormente passivos” (Silva, 2003: 35).

O termo *empowerment* começou a ser utilizado em Serviço Social no início dos anos 90 influenciado por vários movimentos emergentes durante o século XX (movimento dos negros nos EUA, movimento feminista, vários protestos sociais dos anos 60, movimento dos terapeutas que baseados em ideias do budismo e do feminismo defendiam a importância de dar poder aos pacientes) e pelo crescente questionamento do poder dos técnicos/ instituições (Adams, 2008). O *empowerment* é o processo de capacitação e de atribuição de poder a indivíduos, grupos ou comunidades de forma a que estes assumam o controlo das suas acções, alcancem os seus objectivos e se consigam ajudar a si próprios e aos outros (Adams, 2008). Por outras palavras, é um processo que permite descobrir as forças, valorizar o papel dos sujeitos e facilitar o acesso a serviços e direitos, ou seja, permite apoiar os sujeitos a “resgatar sua auto-estima, sua autonomia e sua cidadania” (Faleiros, 2001: 325).

²⁹ Termo utilizado por Manuel Silva (2003: 35) para designar aqueles que “se encontram excluídos do usufruto de um número significativo de direitos”.

³⁰ Tendo presente que o *empowerment* deve ser entendido como um meio de melhorar a qualidade da intervenção social e não como um fim, tal como alerta Robert Adams (2008: 5) “*empowerment cannot always be the primary goal of social work action (...). But the first imperative may be to minimize risk*”.

Embora não sejam sinónimos, o conceito de participação é um conceito que se inter-relaciona com o conceito de *empowerment*, e refere-se a um envolvimento contínuo e activo em que as pessoas fazem escolhas, têm poder e contribuem significativamente para a tomada de decisão (Adams, 2008). Neste sentido, é importante que o assistente social procure não só promover a participação do utente mas também promover a sua capacitação, ou seja, ouvir a sua opinião, integrar as suas contribuições no processo de tomada de decisão, dar feedback e aumentar o seu poder/ papel de forma a promover a inclusão social (Adams, 2008: 39).

Deste modo, segundo Manuel Silva (2003: 37) existem duas dimensões da prática do Serviço Social que devem ser utilizadas em conjugação, uma a longo prazo, que procura promover modificações na *estrutura social* e outra a curto prazo que procura responder às necessidades imediatas. Da mesma forma, Robert Adams (2008: 25) enfatiza esta ideia ao defender que o *empowerment* combate problemas individuais e estruturais: “empowering people implies tackling individual problems and structural – including sociopolitical and economic – divisions and inequalities”, e alerta para o risco dos conceitos de *empowerment* e participação serem frequentemente utilizados como instrumento retórico ou como um dispositivo para reforçar práticas opressivas e exclusivas.

Tendo em conta esta óptica, de contrariar a visão do Serviço Social centrado no passado e no fascínio pelas patologias e incapacidades dos clientes, Dennis Saleebey (2006), ao defender a adopção da *strengths perspective*³¹ por parte do Serviço Social, considera, em primeiro lugar, que todos os indivíduos, grupos, famílias e comunidades têm forças (habilidades, recursos, conhecimentos, talentos) que devem ser respeitadas e mobilizadas no sentido destes alcançarem os seus objectivos e modificarem os seus contextos de vida. Para detectar essas forças o assistente social deve estar genuinamente interessado e respeitar a história e as narrativas dos clientes. Em segundo lugar, considera que o trauma, o abuso e a doença podem ser prejudiciais mas também fontes de desafio e oportunidades. As pessoas face a uma situação adversa, demonstram frequentemente capacidade de adaptação, resiliência³² em vez de desenvolverem patologias. Terceiro, considera importante ter em conta as aspirações individuais, grupais e comunitárias legítimas e indispensáveis na busca de soluções; Seguidamente, considera fundamental o trabalho em parceria, uma vez que

³¹ Uma vez que ainda não existe equivalente em Português, a *strengths perspective*, pode-se traduzir por perspectiva das forças, pontos fortes. Esta perspectiva surgiu no Serviço Social nos finais dos anos 80 inícios dos anos 90, orientada para uma visão prospectiva, não só procura ver as pessoas por detrás dos rótulos, como também reconhece e valoriza que todo o indivíduo tem potencial/ forças que necessitam ser potenciadas e reconhecidas (Howe, 2009).

³² Resiliência é um conceito que a psicologia usa para descrever a capacidade das pessoas para lidar, superar situações de risco (Howe, 2009).

servimos melhor o cliente quando colaboramos com ele; E por último, considera que o meio ambiente do cliente está cheio de recursos pelo que é fundamental que o assistente social o conheça e o mobilize.

Outra das teorias que se destaca dentro das abordagens de enfoque mais colaborativo, é a da capacitação e de advocacia que emergiram nos finais dos anos 80 e inícios dos anos 90. Segundo Malcolm Payne (2002: 365) a capacitação é um processo segundo o qual os assistentes sociais apoiam os sujeitos a tomarem decisões através da redução dos bloqueios sociais e pessoais, da mobilização de poder e do reforço da auto-confiança. Por sua vez, o conceito de advocacia refere-se ao papel do assistente social de defender ou “representar os interesses dos clientes impotentes junto dos indivíduos e estruturas sociais poderosas” (Payne, 2002:365) pelo que é considerado um aspecto da capacitação.

Em suma, o assistente social deve encarar a prática do Serviço Social numa perspectiva de aprendizagem permanente e de reflexão crítica sobre a sociedade e as políticas públicas³³, em parceria com o cliente e a rede de instituições. E a adopção de abordagens colaborativas, participativas e promotoras de *empowerment*, permitem um maior impacto na comunidade (Power, 2002) e significam em última instância a tentativa de “mudança de atitude face ao conhecimento, experiência, necessidades, aspirações e perspectivas dos «beneficiários» da acção, no plano individual (cidadão), no plano colectivo (agentes promotores de projectos), e no plano comunitário” (PORI, 2010:22).

³³ De realçar que segundo Alcina Monteiro (1996), a profissionalização do Serviço Social surge associada à responsabilização política dos problemas sociais e à regularização social por parte do Estado. Pelo que, a intervenção do Serviço Social deverá ir mais além que os apoios de tipo psicológico ou psicossocial aos indivíduos que recorrem aos serviços sociais.

Capítulo II - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo apresenta-se a problemática e o objecto de estudo. Procurou-se, seguidamente, apresentar e esclarecer as opções metodológicas tendo em conta as especificidades do objecto de estudo, a entrada no terreno e os métodos e técnicas utilizadas na recolha de dados empíricos.

2.1 – Problemática e objecto de estudo

O presente estudo, e tal como foi referido na introdução, tem como objectivo central aprofundar o conhecimento sobre os sujeitos em situação de exclusão social e marginalidade, em particular aqueles que exercem a actividade de arrumação de carros a partir das suas trajectórias de vida, bem como traçar um conjunto de factores de risco que possibilitem a intervenção do Serviço Social a montante das situações extremas de exclusão social. Neste sentido, visa contribuir para o desenvolvimento de respostas sociais adequadas às necessidades dos indivíduos e reflectir sobre novas metodologias de intervenção do Serviço Social junto de indivíduos em situações de vulnerabilidade social e em última instância junto das situações precárias ou marginalizadas (como o são os arrumadores de carros).

Desta forma, ao articular os conceitos de exclusão, desvio e *empowerment*, pretende-se situar as trajectórias de vida dos arrumadores de carros e compreender o seu percurso e os processos que conduzem à prática de arrumação de carros a partir do olhar dos próprios sujeitos. Neste âmbito, evidencia-se como principal contributo Robert Castel (1997) e Serge Paugam (2003) ao salientarem a ideia de um processo de acumulação de fracassos/ rupturas que conduzem a uma situação de marginalidade/ exclusão. Situação essa, frequentemente, agravada pelo estigma de «perigoso» ou «marginal» (Fernandes, 2008) que limita e condiciona as possibilidades de integração destes indivíduos. Assim, a prática de arrumação de carros surge como uma forma de resistência à miséria extrema ou ao mundo do crime (Matias e Fernandes, 2009) sem com isso deixar de representar um estilo de vida desviante ou estigmatizante (trata-se de uma actividade ilegal).

Na mesma linha, pretende-se ainda evidenciar a falsa ideia de unidade ou de grupo homogéneo mas salientar a multiplicidade de trajectórias e situações de vida que conduzem um indivíduo a arrumar carros e que exigem respostas diferenciadas (um indivíduo reformado que arruma carros apenas alguns dias por semana não está na mesma situação que um toxicodependente que arruma carros diariamente).

É pela análise desta multiplicidade que se poderá compreender a diversidade de factores inerentes à procura desta actividade de sobrevivência estigmatizante. Esta actividade encerra indivíduos em graus ou em situações de exclusão distintas que se pretendem ilustrar num

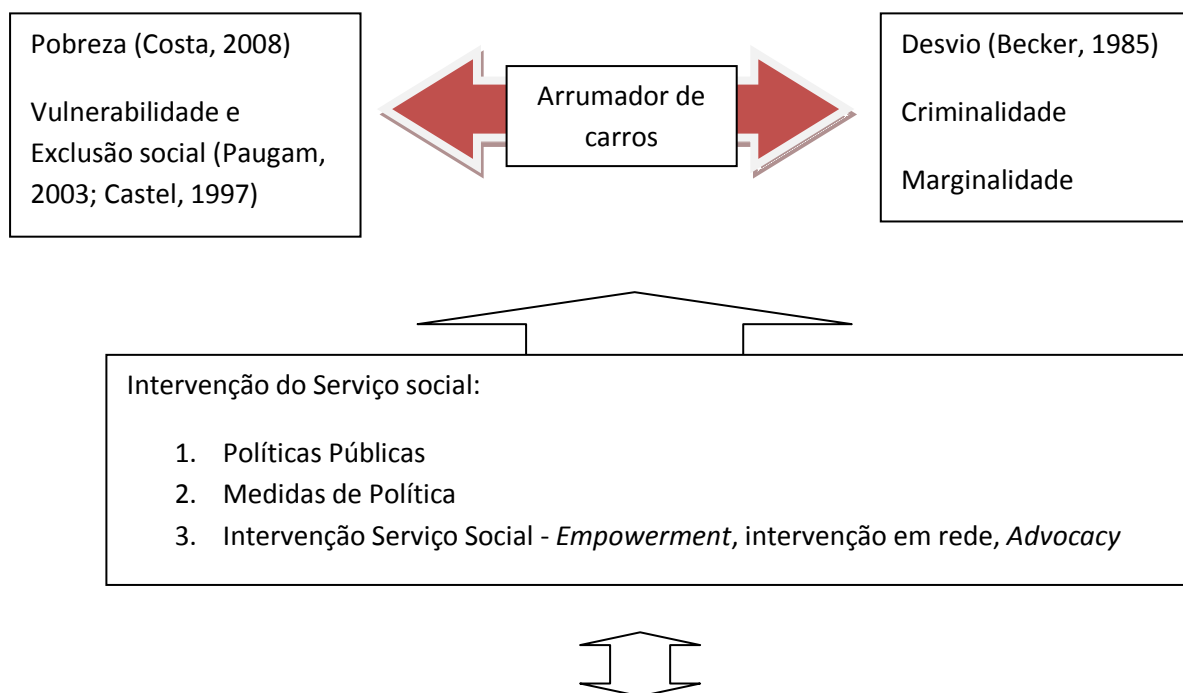
registro de perfis: desde o reformado, não “delinquente”, ao toxicodependente. No entanto, embora seja uma actividade que abarca múltiplos perfis, pretende-se constituir um elenco de factores de risco comuns àqueles que exercem esta actividade e que permitam ao Serviço Social o desenvolvimento de medidas de apoio a montante.

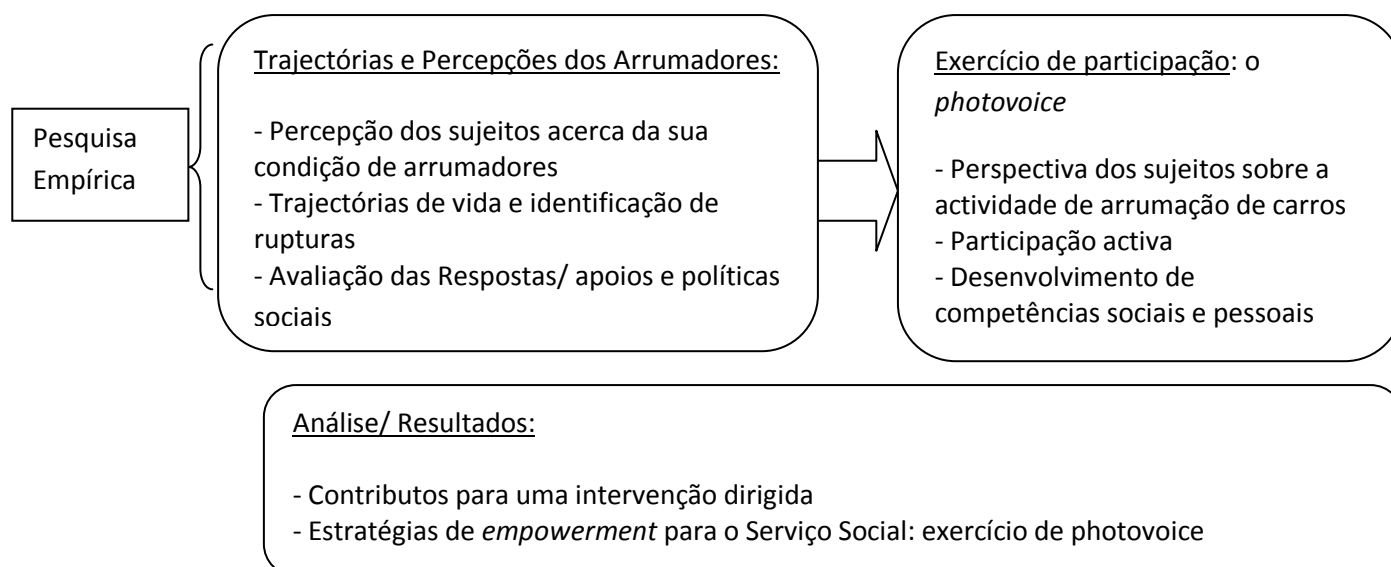
Paralelamente, e tendo como objectivo reflectir sobre a intervenção do Serviço Social, muitas vezes centrado na “etiquetagem e a estigmatização de categorias que apresentam sinais de inadaptação social” (Leroux, citado por Paugam, 2003), pretende-se através do exercício de photovoice evidenciar o papel da participação dos indivíduos no *design* das respostas e serviços de apoio locais e, tal como preconizam as políticas sociais nesta matéria, promover o *empowerment*. Não descorando a apostar na prevenção mas também a tentativa de chegar aos mais marginais (“os marginais estão muito menos enquadrados pelos trabalhadores sociais do que os assistidos”, Paugam, 2003: 36), propõe-se como metodologia de intervenção e de articulação de pontos de vista o recurso ao *photovoice*.

Tendo em conta o quadro teórico e as diferentes representações sociais sobre o fenómeno, a pesquisa empírica privilegia a percepção dos sujeitos envolvidos - os arrumadores de carros - de forma a compreender o seu percurso e o modo de adaptação às diferentes situações com que são confrontados.

Neste sentido, apresenta-se o modelo de análise e os aspectos a recolher na análise empírica:

Figura 1. 1: Modelo de análise





Em suma, de forma a precisar o objecto de estudo, propomo-nos estudar o sentido que os arrumadores de carros atribuem a esta prática (considerada desviante), à sua trajectória de vida de forma a perspectivar possíveis apoios/ respostas sociais.

Saliente-se por fim, que a falta de dados relativos a esta população e a crescente vontade política de erradicação do fenómeno, mostrou a pertinência da realização de um estudo empírico a partir do *olhar* dos indivíduos envolvidos.

2.2 – Opções metodológicas

Tomando em consideração o quadro teórico e os objectivos deste estudo, privilegia-se uma lógica intensiva uma vez que se pretende a profundidade ao invés da representatividade, ou seja, pretende-se “analisar em profundidade as características, as opiniões, uma problemática relativa a uma população determinada, segundo vários ângulos e pontos de vista.” (Almeida, 1994: 198). Assim, as técnicas a utilizar serão preferencialmente qualitativas, sem intenções de produzir extrapolações quantitativas, mas procurando contribuir para o desenvolvimento de novas práticas sociais a partir do discurso de um conjunto de pessoas, ou seja, dos arrumadores.

Numa primeira fase foi privilegiada a pesquisa bibliográfica e a revisão da literatura, a análise da legislação europeia e nacional em matéria de pobreza e exclusão social, a recolha de dados sociodemográficos (estudos empíricos sobre esta temática/ Projecto Porta Aberta) e a realização de alguns contactos exploratórios e de aproximação ao terreno (observação participante).

Durante todas as fases da pesquisa foi privilegiada uma abordagem aproximada ao método etnográfico, por facilitar a compreensão de objectos muitas vezes marginais ou alvos de estigmas a partir do seu ponto de vista. De acordo com Stéphane Beaud e Florence Weber

(2007: 10) “a etnografia não julga, não condena em nome de um ponto de vista “superior”. Ela procura, antes de tudo compreender, aproximando o que está distante, tornando familiar o que é estranho”. Neste sentido, foi elaborado um diário de campo onde foram registadas algumas informações directas feitas no terreno.

No entanto, dada a morosidade e complexidade que o método etnográfico exige, optou-se por privilegiar na recolha dos dados empíricos, a entrevista (semi-directiva) e o photovoice, de forma a caracterizar as particularidades das trajectórias de vida e as necessidades dos sujeitos em situação de vulnerabilidade ou marginalidade. O estudo empírico foi realizado na cidade de Leiria em vários parques de estacionamento ocupados por arrumadores de carros³⁴ e em sessões de grupo. O trabalho de campo iniciou-se em Abril de 2011 e decorreu até Setembro de 2011. Entre 21 de Julho e 11 de Agosto foram realizadas quatro sessões de photovoice com dois ex-arrumadores de carros e duas sessões com dois arrumadores de carros. Posteriormente foi realizada uma sessão conjunta com os dois grupos no sentido de definir a forma de disseminação dos resultados, rever todo o processo e seleccionar as narrativas associadas a cada fotografia. Todos os participantes do photovoice foram também entrevistados. No total foram realizadas 8 entrevistas, com uma duração média de 30 a 60 minutos e entre os meses de Julho a Setembro de 2011.

De certa forma foi mantida uma aproximação à abordagem etnográfica e ao «princípio da triangulação» (Costa, 1986), o que implicou a fusão de entrevistas (com carácter semi-directivo), conversas informais nos mais diversos contextos, observação participante (com recurso ao caderno de campo), fontes documentais (legislação, recolha de notícias de jornais), contactos e conversas com técnicos na área da pobreza, exclusão social e toxicod dependência.

³⁴ O Concelho de Leiria inserido na região centro tem cerca de 120 habitantes e apresenta geralmente uma taxa de desemprego inferior à média nacional o que o coloca frequentemente como uma zona não prioritária na área da pobreza e exclusão social. Não obstante, a par da tendência nacional e internacional, tem vindo a aumentar o número de desempregados e as situações trabalho precário. A Este propósito recorde-se o estudo do Instituto de Segurança Social intitulado “Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental” (2005) que criou uma tipologia das situações de inclusão/ exclusão e de pobreza de âmbito concelhio, utilizando para o efeito um conjunto de indicadores pertinentes e disponíveis para todos os concelhos. O Concelho de Leiria foi considerado no grupo dos “Territórios moderadamente inclusivos” que se caracteriza por níveis de inclusão muito positivos nos domínios da educação (baixas taxas de abandono escolar e de saída antecipada) e da integração no mercado de trabalho.

De realçar, no entanto, que no que se refere à problemática deste estudo no último diagnóstico social da Rede Social foi identificado como necessidade a criação de uma Comunidade de Acolhimento e no diagnóstico do centro de Respostas Integradas de Leiria no âmbito do PORI (2008) foi identificado como grupo prioritário de intervenção a população de rua, “grupo constituído por cerca de 70 indivíduos (toxicod dependentes, alcoólicos, prostitutas e arrumadores de carros) nos seguintes contextos: zona beira-rio e parques de estacionamento da cidade de Leiria”.

Por último, é ainda de referir que a entrada no terreno ocorreu a par do início do projecto de inserção e erradicação de arrumadores de carros por parte da Câmara Municipal de Leiria, o que inicialmente se constituiu como um obstáculo, pela maior proximidade com alguns dos indivíduos inseridos no Projecto e pelo maior policiamento dos parques de estacionamento de forma a inibir esta prática.

O contacto frequente com o terreno foi essencial para perceber formas de organização do espaço, mobilidades e interacções sociais. É ainda o local onde o investigador se confronta com os seus próprios estereótipos e receios, como, por exemplo, no dia em que um dos participantes do *photovoice* pediu para o acompanhar ao local onde pernoita, uma fábrica abandonada, para lhe tirar uma fotografia. A certa altura apercebendo-se dos meus receios, perguntou: “*está com medo? Não se preocupe que não está lá ninguém. E já me conhece, sabe que não faço mal a ninguém...*” [10-08-2011, caderno de campo].

2.3 – Técnicas de Pesquisa empírica

2.3.1 - Entrevista Semi-estruturada

Tal como já foi referido anteriormente, na recolha dos dados empíricos uma das técnicas privilegiadas foi a entrevista semi-estruturada, pois à semelhança do que refere Machado Pais (2000: 13) a técnica da entrevista permite dar conta das especificidades e singularidades de cada indivíduo, neste sentido, “é necessário não desprezar a singularidade, o pormenor, o acidental – traços espontâneos e esporádicos que colocam os quotidianos” destes indivíduos como únicos.

Relativamente ao contexto de recolha das entrevistas, estas foram recolhidas no espaço natural dos actores sociais, nas imediações dos parques de estacionamento ou no jardim da cidade (local onde muitos passam as horas «mortas»). Nesta fase, o conhecimento da investigadora na identificação dos locais e actores sociais envolvidos na prática da arrumação (enquanto socióloga numa IPSS que tinha equipas de rua) facilitou os primeiros contactos e permitiu simultaneamente a observação directa da prática de arrumação de carros³⁵. Desta forma, a amostra foi conseguida de forma aleatória e a partir dos primeiros contactos (efeito bola de neve), pelo que se procurou “assegurar a presença da diversidade dos sujeitos ou das situações em estudo” (Guerra, 2010: 42).

³⁵ Não obstante, o conhecimento prévio de alguns entrevistados causou ainda algum embaraço ou constrangimento relativamente ao novo papel, o de investigadora: “*ainda bem que vem aí, precisava mesmo de falar consigo, preciso que me ajude a preencher os papéis da minha reforma*”[João, arrumador de carros – caderno de campo].

Foi ainda privilegiada, sempre que possível, a «forma de conversação narrativa» (Pais, 1999:20), ou seja, apesar da existência de um guião (anexo B), com tópicos precisos, este não foi seguido sempre pela mesma ordem ou maneira de colocar as questões (Fortin, 1999). As perguntas foram sendo feitas “à medida do desenrolar da conversa” e não como “foram previamente concebidas e formuladas”, foi privilegiado o fluir livre do discurso do investigador (Pardal e Correia: 1995: 65).

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes que muitas vezes, associavam a gravação desta a outras experiências recentes “*ainda no outro dia veio aqui a televisão*” [J, arrumador de carros, caderno de campo] e foi garantida a confidencialidade através da utilização de pseudónimos. A marcação da entrevista foi geralmente antecedida de uma primeira ou de várias abordagens e de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, excepto em dois casos em que a entrevista foi feita logo após uma primeira conversa. A grande mobilidade dos arrumadores e sua instabilidade económica determinou muitas vezes o dia em que foram entrevistados.

2.3.2 - Photovoice

O photovoice é uma metodologia de investigação-acção participativa (Rodrigues, 2008, Hergenrather, 2006, Wang *et al*, 1998) que visa activar competências sociais e pessoais e promover a participação activa das pessoas em situação de vulnerabilidade ou marginalidade social através da fotografia e da voz. Neste sentido, Wang and Burris (1997) autoras desta metodologia, descreveram o photovoice como um processo no qual as pessoas identificam, representam e valorizam a sua comunidade através de técnicas específicas da fotografia.

O photovoice surgiu em 1992 com os trabalhos de Carolina Wang e Mary Burris na área da promoção e educação para a saúde e tem como principais influências teóricas a educação para a consciência crítica de Paulo Freire, a teoria feminista pelo reconhecimento da experiência subjectiva e influência da metodologia participativa e a tradição do documentário fotográfico caracterizado pela consciência social apresentado em imagens visuais (Wang and Burris, 1997).

Desta forma, o photovoice tem como principais objectivos (Rodrigues, 2008: 2):

- 1) Capacitar os indivíduos para identificar e reflectir sobre aspectos da sua própria identidade e experiência pessoal e comunitária (potencialidades e problemas da sua comunidade);
- 2) Promover o diálogo crítico e o conhecimento sobre aspectos importantes da sua comunidade através de grupos de discussão acerca das fotografias;
- 3) Projectar a visão acerca das suas vidas a outros, especialmente poderosos agentes políticos e financeiros (audiência).

Operacionaliza-se através de sessões de trabalho, “onde se procura o envolvimento das pessoas em situação de desfavorecimento social, através da identificação dos aspectos positivos e negativos, bem como de melhorias ao nível da intervenção social”(Rodrigues, 2008). Nestas sessões e após uma ou duas sessões onde se explica os objectivos, algumas técnicas básicas da fotografia e do manuseamento da máquina fotográfica e se introduz os temas da ética e do poder (devemos tirar fotografias a outras pessoas sem o seu consentimento?), os participantes são convidados a responder a uma questão através da fotografia. Na sessão seguinte, cada participante escolhe uma fotografia que responda à questão colocada e são discutidas e compiladas as ideias principais (ver anexo C - manual de apoio ao photovoice).

Em todo este processo é fundamental a participação e o envolvimento dos participantes enquanto *experts* da sua vida, na identificação das suas capacidades e na priorização das suas preocupações, necessidades ou políticas (Wang and Burris, 1997). O photovoice é uma metodologia acessível à maioria das pessoas (não é necessário saber ler ou escrever) e bastante flexível que pode ser adaptada a diferentes objectivos (avaliação de necessidades, levantamento de recursos, avaliação de projectos, entre outros), a diferentes grupos e comunidades ou a diversos temas ou políticas comunitárias.

Neste sentido, a metodologia do photovoice dá voz aos membros da comunidade com menos recursos ou estatuto, estimula competências sociais e pessoais e realça o poder da comunicação através da imagem:

By sharing and talking about their photographs, they use the power of the visual image to communicate their life experiences, expertise and knowledge. As they engage in a group process of critical reflection, participants may choose to become advocates for change in their communities (Wang, 1998: 75).

Saliente-se ainda a importância do profissional (neste caso o Assistente Social) ao assumir o papel de *facilitador da mudança* e a orientação desta metodologia para a promoção da participação e para o exercício da cidadania, princípios intrínsecos às orientações políticas em matéria de pobreza e exclusão.

Por fim e de acordo Wang *et al* (1998: 82) elencam-se as principais vantagens desta metodologia:

Quadro 2. 1: Vantagens do photovoice como estratégia de participação

Potential advantages to all participants

Contribute to effective, healthful change

Improve political, social, material, or scholarly status

Exchange new ideas, methods, and resources for making a difference and improving the quality of life

Gain increased credibility by virtue of affiliation and collaboration

Potential advantages to participants with most power

Learn from local people's expertise

Do work valued by others

Innovate in a community context

Recognize others as persons and thereby enhance one's own humanity

Potential advantages to participants with less power

Participate in representing and enhancing one's own community through a vivid and specific way of taking pictures and telling stories

Enhance self-esteem and peer status

Express appreciation, forge new ties, and give something tangible and personal to others in the form of photographs

Increase access to power

No que concerne às limitações ou dificuldades de implementação do photovoice saliente-se a necessidade de cooperação e envolvimento de diversas instituições ou agentes políticos relacionados com o grupo-alvo. Neste estudo, esta foi de facto o maior constrangimento uma vez que a dificuldade de envolver os agentes políticos na fase de recrutamento dos participantes dificultou a divulgação da iniciativa e a mobilização dos participantes a seres assíduos. Além disso, trata-se de uma metodologia que envolve diferentes materiais e custos associados (máquinas fotográficas, revelação das fotografias, material de divulgação, lanche, transportes, contactos telefónicos, etc) e implica despende bastante tempo em contactos com os participantes (antes de cada sessão), mobilização dos agentes políticos e na preparação de cada sessão (elaboração dos termos de consentimento, ir recolher as máquinas fotográficas 1 dia antes de cada sessão, revelar ou imprimir fotografias, digitalizar as fotografias, etc).

A selecção dos participantes para o *photovoice* foi feita inicialmente entre indivíduos ex-arrumadores por se considerar estarem numa fase de maior disponibilidade para este tipo de dinâmicas.

A fase de preparação implicou o contacto com diversas instituições (Câmara Municipal de Leiria; Associação de Solidariedade Académico de Leiria, Centro de Respostas Integradas de Leiria) no sentido de indicarem possíveis participantes e com a EAPN no sentido de disponibilizarem um espaço físico (deve ser neutro, seguro, etc) e a Técnica com experiência enquanto facilitadora num projecto de photovoice. Posteriormente, foi feito o convite a ex-arrumadores de carros, após a entrega das fichas de inscrição foi-lhes dado alguns dias para poderem decidir sobre a sua participação. Inicialmente inscreveram-se seis participantes mas apenas compareceram quatro na primeira sessão e só dois participaram em todas as sessões³⁶. De forma a complementar o trabalho foi criado um 2.º grupo de arrumadores a quem apenas foi colocada a 1.ª questão. A última sessão, na fase de finalização, foi feita em conjunto e teve como objectivo seleccionar a forma de divulgação dos resultados (postais), as fotografias e as narrativas e, por fim, as entidades/ pessoas a enviar a colecção de postais.

Apesar de serem apenas dois elementos em cada grupo foi possível verificar a discussão entre os participantes, a colocação de questões um ao outro e a entreajuda/ encorajamento para o outro dar a sua opinião (Wang e Burris, 1997: 377).

Em suma, o exercício de photovoice permite perceber o mundo do ponto de vista das pessoas envolvidas, desconstruir preconceitos (Dixon e Hadjialexiou, 2005) e estimular grupos e comunidades a resolver os seus problemas, ou seja, promove a participação activa das comunidades.

³⁶ Os dois participantes que desistiram eram um casal e como um ficou doente, o outro não quis continuar sozinho.

Capítulo III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentam-se os principais resultados do estudo. Propusemo-nos, com este estudo, perceber quem são os indivíduos que ocupam os parques de estacionamento como forma de angariação de recursos e que provocam frequentemente preocupações e receios. Procurou-se, ainda, identificar práticas do Serviço Social promotoras da participação e do *empowerment* de indivíduos em situação de vulnerabilidade ou marginalidade.

3.1 – Caracterização Sociodemográfica dos Entrevistados

Quanto à caracterização sociodemográfica dos entrevistados, foram apenas entrevistados homens (8), com idades compreendidas entre os 36 e os 58 anos, divorciados, viúvos ou solteiros, com habilitações literárias que vão desde o não saber ler nem escrever até ao 12.º ano, 3 naturais de Leiria e 5 naturais de outros Concelhos/ países e que vivem em quartos de pensão, casa de família de origem ou em casas abandonadas. Apenas um dos entrevistados, neste momento ex-arrumador, refere viver numa casa alugada.

Quadro 3. 1: Caracterização dos Entrevistados

Idade	Escolaridade	Naturalidade	Estado civil	Situação Habitacional
42	6.º ano	Angola	divorciado	Quarto alugado
41	12.º ano	Angola	Divorciado	Casa abandonada
58	5.º ano comercial	Cartaxo	Viúvo	Quarto de Pensão
53	4.ª classe	Leiria	Separado	Quarto de Pensão
37	3.ª classe	Leiria	Solteiro	Casa de família (sem luz)
43	3.ª classe	Entroncamento	Divorciado	Casa de amigos
47	4.ª classe	Penacova	Solteiro	Casa alugada
36	Não sabe ler nem escrever	Leiria	Solteiro	Vive com a mãe e irmãos

Relativamente à situação profissional actual, apenas dois estão a exercer uma actividade profissional, um como jardineiro na Câmara Municipal de Leiria ao abrigo de um Contrato de Emprego Inserção Mais (CEI+) e outro também como jardineiro numa Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) ao abrigo do programa de formação profissional de apoio à mediação e integração das pessoas com deficiência e incapacidade.

Ainda no que concerne às fontes de rendimento, 2 recebem uma reforma (um por invalidez outro por velhice), 1 recebe subsídio de desemprego e 3 afirmam não beneficiar de nenhum apoio social.

3.2 – Histórias de vida dos arrumadores de carros

A análise dos dados permite-nos perceber a grande panóplia de situações e de trajectória de vida que levam um indivíduo a exercer a actividade de arrumador de carros. Segue-se um breve resumo das histórias/ trajectórias dos entrevistados (alguns deles também participantes nas sessões de *photovoice*).

Aníbal nasceu em 1969 em Angola e veio para Portugal quando tinha 5 anos. Tem 5 irmãos, um dos quais preso. Completou o 6.º ano e deixou de estudar aos 15 anos para ajudar a família. Trabalhou durante 7 anos numa empresa de telefones da qual se despediu: *“por causa de problemas que havia... portanto, o meu antigo patrão impediu-me de jogar à bola, de ser profissional de futebol, por isso, é que eu me despedi.* Depois do desemprego e já com consumos de drogas duras passa por vários trabalhos temporários: *“Trabalhei nas obras... trabalhei numa serração... e ia fazendo aí uns biscates”.* Esteve casado durante 11 anos e tem 2 filhas com as quais mantém contactos pontuais. É arrumador de carros há cerca de 11 anos *porque a vida o permitiu.. é assim, eu saí da cadeia, andei a trabalhar 3 meses num sítio. Assim que souberam que eu estava a tomar metadona mandaram-me embora. (Pausa) é uma injustiça, não é?! Senão ainda estava a trabalhar, se calhar.* Actualmente está no programa Metadona e todos os dias guarda a chave do carro de vários automobilistas. *“Em média... é pá pronto... todos os dias 25... depende, agora o pessoal até está de férias. 20, 25, 30 chaves”.*

João nasceu em 1970 em Angola, veio para Portugal aos 6 anos como retornado. O pai era mecânico de automóveis e sempre foi imigrante pelo que quando vieram viver para Leiria, os pais separaram-se. É o filho mais velho de 4 irmãos. Tem o 12.º ano e não seguiu para a universidade porque teve uma proposta para ir trabalhar para a Volvo como ajudante do pai. Posteriormente criou uma empresa com os irmãos ligada à construção civil mas já com consumos e aconselhado pela mãe passou a parte dele para o nome da filha. Teve dois filhos mas o filho e a mulher morreram num acidente de viação, nessa altura *a minha vida desmoronou-se (...) entre os 25 e os 30 a minha vida foi sempre a cair.* É arrumador de carros há 10 anos com algumas interrupções (esteve preso 2 anos e meio e esteve um ano na Venezuela onde foi fazer um transporte de droga). Vive numa fábrica abandonada mas faz as refeições e a sua higiene em casa da mãe. Aderiu recentemente ao tratamento de metadona e está a *“consumir muito pouco”* antes *“arranjava dinheiro para a nossa ressaca... agora é mais para ajudar...”*

Antunes nasceu em 1953 no Cartaxo, *“num berço de ouro”* mas viveu *“praticamente quase sozinho*

como um cão... digo-lhe mesmo a sério. Não é sozinho, sozinho mas é quase completamente sozinho como um cão... viver por ali por acolá, percorrer o mundo!”. O pai morreu quando tinha 7 anos e devido aos problemas de “depressão” da mãe foi internado num colégio em Tomar onde esteve “até ao 5.º ano comercial”. Casou aos 18 anos “para sair do colégio”, teve um filho e ficou viúvo aos 20 anos. O filho foi criado pela mãe e já morreu devido a consumo de drogas. Esteve na Guiné 27 meses e trabalhou em vários locais e ramos desde construção civil à hotelaria: *Depois fui trabalhar aqui para o Camões, sabe onde é que é o Camões? Tive ali 4 ou 5 anos... depois (...) não gostava do bandido do Henrique... era (...). Para onde é que eu vou. Pego no Correio da Manhã, vou para a Nazaré.* Ficou viúvo no segundo matrimónio após um acidente de carro em que era o condutor e por isso afirma frequentemente: “... eu é que a matei”. Neste acidente ficou ainda sem um olho e passou a refugiar-se no álcool. Actualmente auferia uma reforma de 200 euros e vive num quarto de pensão. A *necessidade* leva-o a arrumar carros ocasionalmente e aguarda a possibilidade de um dia poder “Estar num lar”.

Rodrigo nasceu em 1958 em Leiria. Estudou até à 4.ª classe. Trabalhou na construção civil até aos 45 anos mas abandonou a actividade devido à morte do patrão e a problemas de saúde. *Andei a trabalhar nas obras até à idade de 15 anos. Depois fui trabalhar para outro lado até à idade dos 20 e depois voltei novamente às obras... que foi sempre uma coisa que eu gostei... que era de... estucador.* Viveu em união de facto durante 21 anos e tem uma filha com 24 anos que vive em França e com quem tem contacto. Teve as primeiras experiências com drogas ainda jovem, depois quando a filha nasceu deixou de consumir mas mais tarde quando a filha começou a trabalhar e já sem trabalho teve uma recaída e a companheira iniciou os consumos de álcool. “*Isto foi o seguinte, eu naquela altura meti-me na droga e ela meteu-se no álcool, não sei... por desgosto. Porque aquilo foi um desgosto dela de eu me meter na droga*”. É doente de sida e recentemente após um internamento prolongado foi reformado por invalidez pelo que refere que neste momento não arruma carros. *Fiz isso para aí durante uns 6, 7 anos, foi um massacre na minha vida. Eu não critico ninguém, não digo nada a ninguém mas para mim foi um massacre.*

Rui nasceu em 1974 em Leiria. É o filho mais novo de uma fratria de 7 filhos. Andou na escola até à 3.ª classe. Começou por fazer alguns trabalhos como servente, depois foi trabalhar como canalizador numa firma de um irmão de onde saiu devido a *um problema relacional...* Posteriormente foi trabalhar para uma firma como servente de estucador mas devido a um acidente de trabalho também saiu: “*Depois saí, recebi do seguro e gastei o dinheiro... depois fui trabalhar uns tempos para a Junta das Cortes também aí é uma grande confusão... também queria dar cabo de mim... e saí. E vim até Leiria. Até à Igreja, arrumar uns carritos para sobreviver...* Vive sozinho numa aldeia próxima da cidade e na casa que pertencia aos seus pais que já faleceram. Tem água mas não tem luz. *Dantes não ia a casa dos meus irmãos mas agora ao fim-de-semana vou, pronto, dou mais um passo... em equilíbrio outra vez...* Apesar de referir que se sente doente recusa tomar medicação Não

isso dos comprimidos é a pior coisa, vale mais um gajo ir à igreja...

Gustavo nasceu em 1968 no Entroncamento. É o terceiro filho de uma fratria de 7 irmãos. Andou na escola até à 3.^a classe e mais tarde quando teve preso completou o 4.^o ano de escolaridade. Fugiu de casa aos 14, 15 anos após a morte do pai, *“a minha mãe também ficou com a cabeça um bocado perturbada derivado à morte do meu pai... não tinha assim aquela capacidade de tomar conta dos filhos e coisa e depois os meus irmãos mais novos, a minha avó e a minha tia puseram-nos num... como é que se chama aquilo? Num orfanato. Queriam-me lá pôr também a mim só que eu fugi, não fui e foi derivado a isso. Só que eu fugi para as feiras...”* E desde aí nunca mais teve contacto com a família. Trabalhou na construção civil, nas feiras, numa cooperativa de leite, numa fábrica de produtos alimentares. Tem 3 filhos de relacionamentos diferentes e actualmente está sozinho. Iniciou os consumos de estupefacientes já perto dos 30 anos *“Nas feiras e coiso uma pessoa vai de terra em terra e conhece muita gente, conhece muito pessoal e tal e então companhias para aqui, companhias para acolá. E fuma aqui, fuma acolá”*. Há 17 anos que veio para Leiria e que é arrumador de carros se bem que com algumas paragens, esteve preso e esteve sem consumos durante alguns anos trabalhando inclusivé no Mcdonalds. Aderiu recentemente ao programa de metadona e recebe subsídio de desemprego.

Joaquim nasceu em 1964 em Penacova. Completou a 4.^a classe e deixou a escola para se dedicar ao circo, era mágico. Proveniente de uma família de artistas de circo, é o 8 filho de uma fratria de 10 irmãos e saiu de casa dos pais aos 16 anos, *“o meu pai pôs-me fora de casa (...) ele pôs todos os filhos fora de casa. O meu pai tinha uma paranóia que todos os filhos com 15, 16 anos punha-os a andar”*. Iniciou os consumos de drogas aos 22, 23 anos por curiosidade ou *“talvez porque andava na moda”*. Como o dinheiro que fazia como mágico *“era pouco”* começou a arrumar carros por *“necessidade, não sei roubar, se eu soubesse roubar ia roubar”*, actividade que exerceu durante cerca de 10 anos. Tem dois filhos de dois relacionamentos, o primeiro terminou devido à morte da companheira e o segundo devido aos consumos. Há dois anos deixou de arrumar carros *“de um dia para o outro... já andava farto”* e passado 4 meses entrou numa clínica de desintoxicação (após consumir quase ininterruptamente durante 22, 23 anos). Neste processo salienta que o único apoio que teve foi do filho mais velho. Actualmente está inserido no Projecto da Câmara e faz alguns espectáculos como mágico aos fins-de-semana.

Pedro nasceu em 1975 no Concelho da Batalha. Proveniente de uma família cigana tem 6 irmãos, dois dos quais já falecidos devido a consumos de heroína. O pai era alcoólico e já faleceu e a mãe é bastante doente. Andou na escola mas deixou porque a professora *batia muito*, actualmente não sabe ler nem escrever. Assim que deixou a escola foi arrumar carros para comprar os seus bens pessoais e para *levar comida para casa*. Há cerca de 2 anos que está inserido num programa de formação profissional de apoio à mediação e integração das pessoas com deficiência e incapacidade.

Dos casos entrevistados saliente-se a diversidade de rupturas que antecedem a prática de arrumação de carros: familiares, habitacionais, com o mercado de trabalho, com a escola e/ou com a saúde. Todos os entrevistados relataram um percurso profissional caracterizado normalmente por uma sucessão de trabalhos precários ou trabalhos informais, sem efectuarem descontos para a segurança social. Também no que concerne às relações familiares verificam-se rupturas: o Aníbal está divorciado, o João apesar de manter contacto com a família vive numa casa abandonada, o Antunes é viúvo e viveu praticamente sempre *sozinho como um cão*, o Rodrigo mantém contacto com um irmão também ele arrumador de carros e com a filha que é emigrante em França, o Rui deixou de confiar nos seus familiares devido a problemas mentais, o Gustavo não vê a família desde que fugiu de casa com 15 anos, o Joaquim tinha contactos pontuais com os filhos institucionalizados e o Pedro mantém uma relação conflituosa com a mãe. É ainda significativa a prevalência de situações de fragilidade ao nível dos laços familiares desde a infância/ juventude: 2 perderam o pai muito cedo, sendo que 1 foi institucionalizado e o outro fugiu de casa para não o ser; 1 saiu de casa aos 16 anos; 1 com pais divorciados e 2 referem existir uma ambiente familiar distante e conflituoso.

Através da análise das trajectórias dos arrumadores de carros verificam-se os seguintes factores de risco:

Quadro 3. 2: Factores de risco por domínio de exclusão

Família	<ul style="list-style-type: none"> - Famílias numerosas - Pais divorciados - Morte de um dos progenitores - Institucionalização em criança - Saída de casa precoce - Conflitos familiares
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas de saúde mental
Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Baixas qualificações - Insucesso escolar
Emprego	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de emprego estável - Actividades precárias - Trabalhador itinerante (feiras, circo)
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> - Alojamentos precários e instáveis - Viver sem condições mínimas (electricidade, água, gás)

Um factor só tem influência quando associado a outros factores. A sucessão de rupturas a par do agravamento de dependências (álcool ou drogas) agrava a situação do indivíduo e a sua capacidade de resistência. Nesta fase, o indivíduo entra numa espiral de desintegração, ou seja, num processo de *desafiliação social* ou *desqualificação social*. E ao interiorizar o estigma social age enquanto tal. Também estes sujeitos associam a prática da arrumação de carros a uma situação de grande precariedade económica e social: *Por exemplo, um arrumador de carros... esta fotografia aqui, um arrumador de carros, quem é o arrumador de carros que tem uma casa ou que vive com a família? Ninguém. Normalmente um arrumador de carros vive numa obra, numa casa velha, não é?* [João, arrumador de carros, sessão de photovoice].

Quando questionados sobre o motivo que, no seu ponto de vista, conduziu à sua situação de arrumador de carros referem “*a necessidade*”, sendo que no caso de indivíduos com consumos de drogas duras, referem a necessidade de obtenção de dinheiro para os seus consumos:

QUESTÃO: o que é que o levou a ser arrumador de carros?

Para arranjar dinheiro para a droga...

QUESTÃO: foi o principal motivo?

Pois... eu não sei roubar. Se soubesse roubar se calhar ia roubar.

QUESTÃO: foi uma alternativa...

Pois, não é assim?! Eu não sei roubar fui arrumar carros.

[Joaquim, ex-arrumador de carros, 2.^a sessão photovoice]

A actividade de arrumação de carros permite a obtenção diária de determinadas quantias de dinheiro e uma grande flexibilidade de horários o que dá uma certa “*ilusão de liberdade*” (Pais, 2001: 330). Nada mais parece importante no seu dia-a-dia do que a obtenção de dinheiro para a compra de droga. E tal como foi sugerido por José Machado Pais (2001) desenvolvem ainda uma série de estratégias paralelas de angariação de dinheiro: ajudam com as compras; oferecem-se para pequenos recados, ajudam a trocar pneus, entre outras.

“Alguns não têm qualidade nem educação suficiente, nem capacidade. Uma pessoa se for bem-educada, prestável, por exemplo, ontem uma pessoa tinha que vir aqui à Americana buscar um impresso para renovar a carta, estava com uma criancinha, e eu pronto fui lá, ela esperou lá na sombra num banco. Se uma pessoa for prestável, ser for atenciosa muito bem. Porque há ali arrumadores, um exemplo, há ali arrumadores estão a ver uma pessoa a estacionar com o vidro aberto e já estão mortinhos que a pessoa se vá embora e que deixe o vidro aberto. Se for uma pessoa atenciosa, «olhe você tem o vidro aberto», as pessoas até ... Mas é verdade, e o A sabe

bem que é verdade aquilo que eu estou a dizer, começam logo a espreitar para dentro do carro para ver se vêm qualquer coisinha para roubar” [João, arrumador de carros, sessão photovoice]

Não obstante, alguns deles complementam esta actividade com a prática de outras actividades ilegais como o tráfico de drogas. Destacam como características essenciais a rede de contactos do arrumador e a centralidade do parque, *“costuma-se dizer que quando vem uma pessoa de fora e quer consumir drogas vem logo ter com um arrumador” [caderno de campo, 31-08-2011].*

Se para uns é uma forma de angariação de dinheiro para consumos, para outros a actividade de arrumador de carros é uma forma de complemento dos apoios sociais e por isso, assume-me como uma forma de minimizar as necessidades diárias: *“Tenho uma pensãozinha que pago um quartito. (...) digo-lhe uma coisa, são 200 euros que dá para pagar o quarto e para comer? Não. O que tu vês aqui, pãozinho e umas pevides é o meu almoço... estou mesmo a dizer, está aqui (chora)”. É frequente ainda encontrar alguns indivíduos nesta situação que negam ser arrumadores de carros, como por exemplo, uma mulher que está frequentemente num dos parques de estacionamento mas que nega ser arrumadora de carros: “eu não... eu só vim aqui hoje porque tenho estado doente e preciso de umas moedas... eu normalmente não arrumo carros” [caderno de campo, 8-08-2011].*

Paralelamente encontramos ainda indivíduos sem consumos que recorrem à prática da arrumação de carros como a sua única forma de sustento, como um indivíduo com perturbação mental que arruma carros à medida das necessidades: *“Agora tenho de ganhar dinheiro para pagar a água... vou arrumar carros...” [Rui, arrumador de carros], ou um outro que arrumava carros para levar dinheiro para a família (Pedro).*

Neste sentido a actividade de arrumação de carros pode ser entendida como uma forma de interiorização do estigma de “marginal” mas também como uma forma de resistência à miséria, tal como sublinha Paugam (2003: 20) *“É de notar, também, que o modo de vida destes nómadas implica formas de resistência à miséria que podem passar pela provocação e, em certos casos, pela reivindicação da liberdade de viver à margem da sociedade”.*

De facto, apesar da grande flexibilidade de horários, alguns encaram esta actividade como um trabalho: *“Eu se não lá estiver às 10 horas telefonam-me. (...) Eu cumpro os meus horários, 8 e meia até às 6 da tarde, é verdade. Vou mais cedo para ajudar no café”. Que implica muitas vezes conciliar com outros “biscates” ou tarefas (ex: ajudar no café). Outros ainda encaram esta actividade como uma ocupação e uma forma de interagir com outras pessoas e combater a solidão: *No meu caso por vezes é o motivo da distração. Eu estou ali**

em lugar de estar aqui sentado sozinho estou lá em contacto com eles, em contacto com as pessoas... «bom dia, boa tarde ou boa noite».

2.2.1- Identidade do arrumador de carros

Relativamente à percepção sobre a actividade de arrumação de carros, os entrevistados têm uma imagem negativa e associam esta prática a sentimentos negativos e discriminatórios.

A vida de um arrumador é ingrata, pronto. Há momentos bons e momentos maus... Mas é chata... a vida agora é mais porreirinha. E prontos, é um parque de estacionamento e o arrumador é que não se vê, é transparente. É como eu (risos). [Joaquim, ex-arrumador, photovoice]

É triste, É... uma pessoa não tem mais nada a perder no mundo... assim num mundo solitário, triste... num mundo abaixo das pessoas... [Rui, arrumador de carros]

É, não gosto... (chora). Não gosto de estar ali com a mão estendida à caridade, não gosto. Mas não tenho outro meio para sobreviver, o que é que queres que eu faça? Andar por aqui a passear... não há um lar. Porque é que não há um lar para os pobres? Entregava a pensão toda. [Antunes, arrumador de carros]

Tal como já tinha observado por Matias e Fernandes (2009) estes sujeitos estão cientes de que são socialmente considerados como criminosos e por isso sentem-se marginalizados e estigmatizados. A sua identidade é marcada pelo estigma de “drogado” e “ladrão”: “*Quem vê ali um arrumador diz assim: «é um miséria, um desgraçado, um pobrezinho... é um vândalo». Para mim é um vândalo que está ali, um desgraçadinho. Não tem eira nem beira*”.

É ainda interessante verificar que alguns arrumadores partilham os estereótipos comumente veiculados pela opinião pública de que exercem esta actividade porque *não querem é trabalhar* mesmo tendo vivido a experiência de ser arrumador:

Sim, porque eu vou-lhe explicar, por que é que muitas das vezes, nos jornais este e aquele... os arrumadores de Leiria não sei quê... sabe porquê? Estão sempre à espera da moeda, senão lhe derem eles ficam raivosos, ficam ali (...). É por isso é que eu não sei se são pessoas bem-vindas ou não são... nesse aspecto de arrumar carros, porque muitos deles já não são da cidade. Muitos deles já estão aqui a trabalhar na Câmara, a maior parte dos arrumadores de Leiria já estão a trabalhar na Câmara, agora aqueles que não querem trabalhar ainda aí andam... andam aí porquê? Porque não gostam de trabalhar, se gostassem de trabalhar... por exemplo o Manuel espanhol, outros tantos que aí estão, estão a trabalhar na Câmara, eu acho isso... lindo. Se não querem arrumar carros, querem trabalhar... Mas a maior parte já não são aqui da cidade, vêm da Marinha... mas é triste... [Rodrigo, ex-arrumador de carros, entrevista]

Apesar da percepção negativa ou dos sentimentos negativos que esta actividade provoca justificam-na com a necessidade e com a ideia de que “*é preferível pedir que roubar*” ou que “*não sei roubar*”.

Relativamente às associações comumente relacionadas com os arrumadores de carros, como por exemplo, riscar os carros ou furar os pneus dos automobilistas que não dão moeda, referem que existem pontualmente mas atribuem a prática desses actos a outros arrumadores. Estes actos e algumas atitudes mais agressivas foram apontados como prejudiciais para a imagem dos arrumadores.

“Eu acredito que existe, acredito que existe porque já tive alturas em que... eu nunca o fiz mas acredito que haja pessoas que o faça por vingança... é como eu digo às vezes não é por causa de não darem moeda é por causa, é por causa da maneira... como é que se diz... como respondem ou só daquela vingança respondeste-me assim... Um risco... Está mal, não é... Isso não é mito nenhum é realidade (...) Eu como não faço não sei mas há pessoas que se queixam. Há pessoas que também mentem... ainda no outro dia uma mulher furou os pneus ao namorado mas as pessoas que estavam aqui ao lado disseram foi o arrumador. [João, arrumador de carros, entrevista]

Parece existir, por um lado, uma atitude de desculpabilização quando justificam estes actos como retaliação do comportamento dos automobilistas e por outro lado, uma atitude de atribuírem esses comportamentos a terceiros e, por isso, fortemente penalizada (“*Que é que eu faço? Se eu os apanho é logo. Porque depois a gente é que as paga*”, [Antunes, arrumador de carros]). Foi ainda referido que este tipo de comportamentos acontecem com menos frequência, “*isso já lá vai isso era antigamente*”

A propósito das estratégias que usam para alcançar o seu objectivo, “*a moeda*”, e como importantes para melhorar a imagem dos arrumadores destacam como essencial uma “*postura adequada*”, o “*respeito*” e a “*educação*”. Também foram referidas como posturas adequadas o “*ter uma boa imagem*”, “*não pedir moeda*” e estar disponível para “*fazer de tudo*”.

Como **vantagens ou aspectos positivos da arrumação de carros** realçam a facilidade de fazer dinheiro diariamente e a relação que estabelecem com alguns clientes:

“João: Arranjar bons amigo, ainda se arranjam bons amigos. Não é esses amigos de sucata. Esses amigos não interessam. Amigos que são advogados como eu e ele tem, médicos...

Aníbal: E já me safaram. Já me serviram, em Tribunal não tive de pagar nada.

João: Há bons amigos, há sempre pessoas que nos tentam ajudar de alguma maneira.

Aníbal: Já tive preso 11 dias e foi um advogado meu amigo que me pagou a multa, 850 euros para eu sair. Porquê não sei, tenho que lhe perguntar. Por alguma coisa é, não é?”

[sessão de photovoice, 11-08-2011]

Relativamente à relação com os outros arrumadores, mantêm uma atitude de distância se bem que se relacionam: “*É boa. A minha relação com toda a gente é muito boa. Tudo dentro do respeito. Há respeito existe tudo, não há respeito não existe nada*”.

No que concerne à relação com a polícia, os entrevistados arrumadores referiram ter-se agravado desde que iniciou o projecto da integração de arrumadores da Câmara Municipal de Leiria. Desde essa altura que aumentou a vigilância nos parques e têm sido aplicadas multas para dissuadir a prática da arrumação de carros: “*já há multas de 60 euros e tiram-nos o dinheiro...*”. Esta situação aumenta a possibilidade destes indivíduos virem a ter problemas como a justiça e agrava o sentimento de discriminação: “*vi há 3, 4 meses uma situação inadmissível da polícia, chegaram lá «oh amigo você aqui não vai arrumar», «tudo bem». Mas houve lá um polícia que ou não gosta do rapaz ou não sei o quê, saí lá dentro da carrinha, com aquele chicote... Sim, com o bastão... e o rapaz saiu de lá moído...*”.

3.2.2 – Características da arrumação de carros

Relativamente ao tempo que os entrevistados exercem esta actividade segue-se um quadro resumo do tempo, duração e do valor médio que auferem com esta actividade. O tempo que exercem esta actividade varia entre os 2 e os 17 anos. Para aqueles que exercem esta actividade há mais anos relatam períodos em que deixaram de arrumar carros, porque estiveram presos ou em tratamento, como o caso do Gustavo, ou porque exerceram outras actividades/ ocupações muitas vezes ilegais (como o caso do Rodrigo que foi buscar droga à Venezuela).

Quadro 3. 3: Características da actividade de arrumação de carros

Nome	Há quantos anos exerce/exerceu esta actividade?	Quantas horas por dia exerce/exerceu a actividade de arrumador de carros?	Quanto auferem em média?
Aníbal	<i>Há 11 anos</i>	<i>Das 8 e meia às 6 [da tarde]</i>	<i>Posso fazer 20, posso fazer 15 depende; 50 euros [1.º sábado de cada mês]</i>
João	<i>10 anos</i>	<i>Das 8 e meia às 5, 6 horas</i>	<i>40, 50, 60 euros</i>
Antunes	<i>3, 4 anos possivelmente.</i>	<i>Todos os dias não. Apenas quando precisa.</i>	<i>20 euros</i>
Rodrigo	<i>Fiz isso para aí durante uns 6, 7 anos</i>	<i>Era todos os dias...</i>	<i>30 ou 40 euros</i>
Rui	<i>para aí uns dois anos...</i>	<i>É todos os dias, de segunda-feira ao sábado. Das 4 e meia... até às 5 horas, 6 horas</i>	<i>A gente tira 5 ou 10 euros</i>
Gustavo	<i>Praticamente há 17 anos...</i>	<i>Quando consumia era de manhã e de tarde. Agora depende 3, 4 horas para aí.</i>	<i>40 a 50 euros [bom dia] Num mau dia 20 [mau dia]</i>

Joaquim	<i>Alguns 10 anos</i>	<i>Umás 10, 11 horas. 9h00 – 12h; 13h30 – 15h30; 20h – 24h</i>	<i>30 euros</i>
Pedro	<i>Desde miúdo...</i>	<i>Das 7 nos dias de mercado às 4 e meia 5.</i>	<i>30 euros</i>

Os ritmos e a duração diária da actividade são ditados pelas necessidades, no caso dos arrumadores toxicodependentes ou inseridos no programa de metadona permanecem no parque todo o dia e chegam a arrumar carros durante a noite. Por outro lado, beneficiários de prestações sociais ou as pessoas à margem dos consumos e sem apoios sociais recorrem a esta actividade em função da necessidade: *“Eu quando não tenho dinheiro vou arrumar, pronto”*.

A permanência no terreno permitiu ainda confirmar a existência de um maior número de arrumadores em determinados dias da semana: *“Os melhores dias? É quando é os mercados. Há terça e sábado. É mais trânsito não é? Há mais carros é os melhores dias sem dúvida”*. Também foi salientado como o melhor dia o primeiro sábado de cada mês: *“É sempre o primeiro sábado do mês é sempre o melhor dia. (...) Sei lá faço 50 euros, 40, 50 euros. A correr bem... Mas tenho de trabalhar muito. Tenho de tirar muito carro, tenho de dar muito lugar, tenho de gastar muito combustível das outras pessoas”*.

Têm também os seus códigos de conduta e de **organização do espaço**, o que está há mais tempo nesta actividade (independentemente da idade) tem a possibilidade de escolher o local onde se ganha mais dinheiro e definir os locais para os novos arrumadores: *“geralmente o mais velho no parque é que distribuí as zonas ... ultimamente era eu”* [Joaquim, ex-arrumador, entrevista]. Nestes casos se por algum motivo o indivíduo sai do local quando regressa ocupa o seu lugar: *“Não digo nada eu chego lá e ele vai-se embora. É respeito. (...) eu é que lá estou há mais tempo. Como eu não vou para os outros sítios, os outros também não vêm para o meu sítio”*. [Aníbal, arrumador de carros, entrevista].

3.3 – Percepção relativa às respostas/ apoios sociais

No que respeita aos apoios sociais a maioria dos entrevistados considera-os insuficientes ou simplesmente não recorre a estes: *“Não. Não recebo [RSI] não mas vou ter de ir tratar”*. As razões que alegam para não recorrerem aos serviços prendem-se por um lado com a falta de documentos: *“estive dois anos sem BI”*, outros porque consideram que *“há pessoas que estão em situação pior que eu”*.

Relativamente aos apoios positivos foi destacado como um apoio importante a existência de uma **equipa de rua**³⁷ “Ajudaram-me a sair da droga. A sair do parque não mas a sair da droga sim. A sair do parque fui eu”. Este indivíduo, ex-arrumador, destaca como principal característica a proximidade e a atitude de persistência da equipa de rua: *chatearem-me a cabeça* (risos). Além disso, as equipas de rua fornecem vários serviços que muitas vezes funcionam como suporte para a ruptura com o ciclo de marginalidade (apoio a dar os primeiros passos) e para a promoção da auto-estima:

Eu andei dois anos sem BI. E foi lá com vocês que me trataram do cartão de cidadão.

Era fixe. Porque é assim a gente come mal, na vida que eu andava a gente come mal. Era sandes, bolos. E as vossas sopinhas eram boas. Eu ficava sempre com duas, não era?!

[Joaquim, ex-arrumador, entrevista]

Para deixar de arrumar carros foi ainda realçado a importância do **apoio familiar**: “*Outros apoios? O do meu filho mais velho... mais nada*”.

Os participantes do photovoice identificaram como apoio importante a existência de **projectos que criem postos de trabalho** como o que está em curso na Câmara Municipal de Leiria e que visa criar postos de trabalho durante um ano a ex-arrumadores de carros beneficiários de rendimento social de inserção:

Haver alguns projectos como este da Câmara... (...) Tirá-los dos consumos e depois integrá-los no trabalho.

O trabalho é fixe, é altamente. Nem dou pelos dias a passarem. Verdade.

[Joaquim, ex-arrumador, 2.^a sessão photovoice]

Relativamente aos apoios negativos ou respostas que deveriam ser alvo de reformulações os entrevistados salientaram os seguintes aspectos:

- **Falta de apoio de proximidade aos consumidores de drogas**: *Sei lá, eu acho que haviam de procurar mais os arrumadores porque há aí muitos arrumadores a consumirem. Havia de procurar ajudar mais o pessoal que anda a consumir. Eu não falo no meu caso porque eu pronto, estou no CAT, não é. Mas há aí muita malta que precisava de ajuda, digo eu, não é?!*
- Crescente **proibicionismo por parte das autoridades policiais** que agrava as suas condições de vida e a necessidade de encontrar outros “*biscates*”.
- “*Os amigos do parque não ajudam a sair do parque*”, outro dos entrevistados definiu os seus amigos como os “*Filhos da noite e filhos da rua...*”.

³⁷ Que neste momento já não existe.

- **Escassez de oportunidades de trabalho**, em particular, para os ex-consumidores de drogas: “*eu tive a trabalhar 3 meses num sítio, assim que souberam que eu estava a tomar metadona mandaram-me embora. Fiquei revoltado!*”

- **Dificuldades na satisfação das necessidades básicas**: recorre-se à arrumação de carros porque “*é preciso para comer*” e a falta de condições aliada a maus hábitos alimentares leva a que muitos não tenham uma refeição: “*Nós como arrumadores de carros é muito raro a gente ter uma refeição que seja decente. Por exemplo, come uma sandes, um bolo...*”.

- **Falta de ocupação**, principalmente destinada a beneficiários de prestações sociais que quando não estão a arrumar carros, passam o dia entre o jardim da cidade e um café: “*quando quiser falar comigo eu estou por aqui [parque da cidade]*”.

- **Falta de resposta de habitação**. A maioria dos entrevistados vive em quartos de pensões ou casas da família de origem já bastante degradadas e sem condições ou em casas abandonadas: “*O que é que eu gostava? Estar num lar*”.

Sugerem por outro lado, como importante a **concessão de licenças** por parte da Câmara que autorizem a actividade de arrumador de carros. Acreditam que a atribuição de licenças iria mudar a imagem que as pessoas têm dos arrumadores e poderia possibilitar melhores condições de vida a quem exerce esta actividade:

João: E para mudar não custava muito, bastava só que a Câmara ajudar-nos, por exemplo dar-nos uma t-shirt ou um boné, dar-nos autorização...

Aníbal: Haver um programa para os arrumadores. [sessão photovoice, 11-08-2011]

No entanto, no caso de serem concedidas licenças consideram que nem todos poderiam ser arrumadores de carros: “*para legalizarem os arrumadores tinham de escolher as pessoas a dedo*”.

3.4 - Perspectivas futuras

Quando questionados relativamente aos seus objectivos para o futuro, os entrevistados salientaram a vontade de: iniciar tratamentos (ex: *Porque eu queria mesmo deixar a metadona...*), encontrar trabalho e não arrumar ou não voltar a arrumar carros (*Não! Nunca mais na vida, arrumar carros para mim parou, nem pensar...*). No entanto, alguns preferem não pensar no futuro e não perspectivam mudar de vida a curto prazo: “*Não sei... amanhã imagino [arrumar carros] mas no futuro não sei. Não sei o dia de amanhã. Não sei se me sai o euromilhões, se me sai o totoloto, se arranjo aí uma mulher rica*”.

Como resultado das sessões de *photovoice* foram compilados 3 objectivos ou acções para melhorar ou manter a sua situação por participante (anexo D: resultado final - postais), dos quais cada participante seleccionou uma das suas frases para colocar no postal. O grupo dos

ex-arrumadores salientam diversos projectos para o futuro que passam por manter ou melhorar o seu posto de trabalho e aumentar a sua escolaridade: “*quero continuar a trabalhar*”; “*talvez agora no fim de Setembro [faça o RVCC]... uma coisa a pensar*”. Foi ainda evidenciado por um dos participantes a vontade de participar activamente junto de pessoas em situação de vulnerabilidade ou exclusão social: “*Eu quero ser um bom exemplo para os toxicodependentes de Leiria*” ou “*eu alinhava na boa em ser voluntários das equipas de rua*”. Durante as sessões este participante mostrou-se bastante satisfeito e orgulhoso da sua prestação no local de trabalho mesmo tendo no início sido apontado como o primeiro a desistir:

“*Quando a gente chegámos lá, no primeiro dia (...) Começara logo a fazer apostas... A ver quem era o primeiro a desistir o último a desistir... (...) Era assim, o gajo em quem eles apostavam era o M e o primeiro a desistir era eu. Viram o gajo mais magrinho, ainda por cima fui colocado no chefe de brigada mais exigente, que é o meu chefe. (...) Chegávamos lá todos os dias e os olhos deles era a contarem-nos...um, dois, três, quatro, cinco... o pessoal a contarem-nos com os olhos. Hoje vieram todos. (...) O meu chefe disse: «É que o pessoal fez aí umas apostas e tu eras o primeiro a ir embora mas afinal és o gajo mais certinho cá dentro de todos vocês que vieram»”. [Joaquim, sessão photovoice, 28-07-2011].*

Do grupo de arrumadores salientaram como objectivos futuros: obter prestações sociais (rendimento social de inserção ou reforma por invalidez), iniciar tratamentos e melhorar os índices de motivação: “*a melhorar as minhas condições só depende de mim*”.

Quando questionados a propósito do futuro como arrumadores de carros uns referiram “*não quero mais arrumar carros*” e outros referiram não fazer projecções em relação ao futuro. Por fim, apesar do aumento da intervenção da polícia e da vontade política de erradicação dos arrumadores consideraram difícil erradicar esta prática: “*bem isso é um bocado complicado... eles tentaram mas parece que cada vez há mais. A Câmara fez isso, fez este projecto para ver se acabavam com os arrumadores em Leiria. Mesmo a Vereadora disse mesmo... e não conseguiu. E não é fácil, não é fácil não*”. [Joaquim, ex-arrumador, 2.ª sessão photovoice].

3.5 - Intervenção do Serviço Social – o photovoice como prática participativa

Tendo em conta o que foi referido a propósito da percepção dos entrevistados a propósito dos apoios sociais, é fundamental que a relação do assistente social com o utente passe a privilegiar a sua condição de cidadão e não de assistido (Guadalupe, 2008) e desta forma o envolva em todas as fases do processo de intervenção social.

Como durante esta pesquisa foi implementado uma metodologia participativa e de promoção do *empowerment* - o photovoice - importa reflectir sobre os desafios e importância da sua aplicabilidade no âmbito das intervenções sociais junto de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou marginalidade (anexo C- manual de apoio ao photovoice).

Apesar de à partida os participantes não identificarem nenhum benefício na sua participação nas sessões, este exercício ao reconhecer que os indivíduos têm conhecimentos, forças e capacidades e por isso, envolvê-los em todas as fases do processo (selecção das fotografias, contextualização das fotografias a partir das suas narrativas/ histórias e sistematização dos problemas e recursos com vista à sua disseminação), leva a que estes se sintam reconhecidos e valorizados. A participação efectiva destes sujeitos enquanto *experts* da sua vida, aumenta a sua auto-estima e confiança em si (“*eu sinto-me bem quando as pessoas dizem que estou bem... é verdade*”) e, por outro lado, as possibilidades de mudança futuras ou de participação comunitária (como um participante que gostaria de fazer parte de uma equipa de rua ou aumentar as suas habilitações académicas através do recurso ao processo de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências). Por fim, o facto de o trabalho ser divulgado junto de várias entidades aumenta as possibilidades de participação e de cidadania: “*Pelo menos as pessoas pensam que há alguém que está interessado em mudar não é?*” (anexo D - resultados do photovoice: colecção de postais).

O assistente social ao estimular e capacitar indivíduos ou grupos em situações precárias ou marginais a resolverem os seus problemas, está a promover a reflexividade e o pensamento crítico, o *empowerment* e a participação dos envolvidos na tomada de decisão. Não obstante, e seguindo Robert Adams (2008), importa implementar este tipo de estratégias ou metodologias em paralelo com outras medidas, nomeadamente responder às necessidades imediatas.

Assim, tendo em conta as sessões de photovoice identificam-se as principais vantagens da utilização deste tipo de abordagens (participativas, inovadoras e emancipadoras) para a intervenção na área do serviço social:

- Permite uma maior proximidade e conhecimento da situação real do indivíduo/ grupo/ comunidade;
- Implica um olhar diferente para com os sujeitos o que coloca o assistente social no papel de mediador e numa perspectiva colaborativa;
- Maior envolvimento e participação dos sujeitos na dinamização conjunta de um plano de intervenção e conseqüentemente no processo de resolução da situação. Os participantes ao identificarem as necessidades e os modos de vida de um arrumador de carros também adiantaram possíveis soluções ou formas de melhorar a sua situação;

- Utiliza novas formas de comunicação (como a fotografia) acessível à maioria das pessoas (não é necessário saber ler ou escrever);
- Promove a diversidade de respostas ao introduzir visões alternativas sobre os problemas;
- Procura influenciar as políticas públicas ao disseminar os resultados da acção junto das entidades com responsabilidade na área social.

Por fim, tendo em conta os testemunhos que participaram nesta pesquisa e o enquadramento teórico, afiguram-se dois tipos de intervenção social, por um lado a necessidade de criar medidas especializadas e integradas para os excluídos de *fim de linha*, criar postos de trabalho para arrumadores implica ter presente outras fragilidades ou rupturas. E por outro lado, actuar ao nível da prevenção, ou seja, intervir a montante. Como proposta de intervenção complementar o photovoice evidencia várias potencialidades, desde logo por dar um enfoque especial à questão do *empowerment* e ao papel do assistente social enquanto facilitador da mudança (Wang and Burris, 1997).

Capítulo IV – CONCLUSÕES

Neste capítulo apresentam-se as principais conclusões e linhas de investigação futura. O presente estudo incide sobre o fenómeno de exclusão social, em particular o caso dos arrumadores de carros e visa propor um novo olhar por parte do Serviço Social, sem com isso pretender alcançar a representatividade no universo dos indivíduos arrumadores de carros.

A figura do arrumador de carros apresenta uma panóplia de situações ou problemáticas (toxicodependentes, alcoólicos, sem-abrigo, pensionistas, minorias étnicas, entre outros), que confinam indivíduos em graus ou em situações de exclusão distintas o que implica respostas diferenciadas: desde o reformado ou o indivíduo com perturbações mentais, não “delinquente”, que arruma carros à medida das suas necessidades, ao toxicodependente, «delinquente» que se dedica a esta actividade diariamente.

Através da análise desta multiplicidade e diversidade de problemáticas, verificam-se algumas regularidades nas suas trajectórias de vida evidenciando-se rupturas e acumulação de dificuldades a vários níveis: mercado de trabalho, escola, família e habitação. Neste sentido, a figura do arrumador de carros corresponde à fase extrema do processo de marginalização sendo que o recurso à arrumação de carros mais não é do que uma estratégia de angariação de recursos de sobrevivência e de resistência à miséria extrema de populações excluídas e marginalizadas.

Tendo em conta os diversos contributos teóricos, as situações de vulnerabilidade social e em última instância de exclusão social, nas quais a figura do arrumador se insere, estão associadas a factores estruturais da exclusão, que resultam da degradação do mercado de trabalho e do enfraquecimento dos laços sociais nas sociedades contemporâneas (Paugam, 2003; Castel, 1997) mas também resultam da pobreza que se herda e de falhas ao nível da protecção social (Capucha, 2005). Neste sentido, relaciona-se com um processo de acumulação de fracassos/ rupturas que conduzem a uma situação de marginalidade/ exclusão, que agravada pelo estigma de «perigoso» ou «marginal» (Fernandes, 2008) limita e condiciona as possibilidades de integração destes indivíduos. A percepção dos indivíduos sobre a sua situação também evidencia a grande precariedade e o contexto de *necessidades* que os conduz a recorrer a esta prática. Sentem-se marginalizados e estigmatizados, no entanto, muitos partilham os estereótipos comumente veiculados pela opinião pública de “drogado” e “ladrão” relativamente a terceiros e/ou outros arrumadores de carros.

Neste contexto, é considerado essencial clarificar os factores de risco de exclusão social, e neste caso relacionados com a prática da arrumação de carros, para delinear estratégias de

intervenção a montante de uma situação de *fim de linha*. Através da análise das trajectórias de vida evidenciaram-se os seguintes factores de risco: oriundos de famílias numerosas e monoparentais (quer na sequência de divórcios quer pela morte de um dos progenitores); conflitos familiares e saída de casa precoce (quer porque foram institucionalizadas em criança quer porque as famílias pressionam para a autonomização precoce); preponderância de actividades precárias e/ou itinerantes, alojamentos precários e instáveis; insucesso escolar; baixas qualificações; solteiros ou viúvos.

Associado a estes percursos de vida saliente-se sobretudo a ausência de laços afectivos, não só ao nível familiar mas também ao nível das relações sociais e de amizade, pelo que arrumar carros é para alguns uma forma de interagir com outras pessoas e de ocupar o tempo livre.

É a partir desta diversidade e intensidade de riscos e fracassos que foram encontrando desde a infância e em diversos momentos da sua vida que se transita para outros problemas (toxicoddependência, alcoolismo, desemprego), reforçando a sua condição de marginal e dificultando as possibilidades da reinserção social. Estas situações agravadas pelo estigma de marginais, preguiçosos ou de incapazes conduzem estes indivíduos a um descrédito muito forte que os afasta da sociedade e das medidas de política social (Paugam, 2003). Nesta fase encontram-se à margem dos mecanismos de assistência, ora pelas barreiras administrativas (necessário cartão de cidadão, morada, explicar a sua história de vida em diversos serviços) e posturas etnocêntricas (assistente social detentor do conhecimento), ora porque desconfiam da eficácia ou das exigências das medidas ou ainda porque adoptam uma postura agressiva de defesa que os afasta desses mecanismos e dificultando assim a intervenção do Serviço Social. As respostas a este nível exigem um reforço da articulação e da intervenção em rede, evitando sobreposições da intervenção quer ao nível da detecção de eventuais situações de risco (e não apenas quando há um situação de ruptura, como viver numa casa abandonada), quer ao nível da identificação e aproximação às situações extremas muitas vezes privadas de beneficiarem dos seus direitos ou desencorajadas para o fazer. A intervenção em rede implica activar e criar redes de solidariedade e também de acesso a direitos (Guadalupe, 2008).

Neste sentido foi referido pelos entrevistados ao nível dos apoios sociais a importância das equipas de rua pela proximidade da sua intervenção, os projectos que criem postos de trabalho e aqueles que garantam as necessidades básicas (comida, habitação, entre outras) e a criação de um espaço de ocupação dos tempos livres que promova hábitos de vida saudáveis e o conhecimento interpessoal.

Por conseguinte, à semelhança do que tem sido defendido por vários autores (Castel, 1997, Menezes, 2009, entre outros) sugere-se dois tipos de intervenção do Serviço Social: medidas personalizadas para os excluídos de *fim de linha* criar (emprego é importante mas deve ser acompanhado de outras acções especializadas ao nível da saúde, habitação, formação, entre outras), e medidas de prevenção, a montante, para os vulneráveis (apoiar numa situação de falta de pagamento da renda é diferente de apoiar quando a pessoa fica sem-abrigo).

Paralelamente, ao nível das políticas públicas, a questão dos arrumadores tem sido abordada localmente e frequentemente numa perspectiva de combate ao sentimento de insegurança e de erradicação do problema, pelo que a resposta política de muitos Concelhos tem sido o reforço do controlo policial e a proliferação de parquímetros (Pais, 2001; Matias e Fernandes, 2009). O projecto de reinserção do município de Leiria ao inserir os arrumadores nas brigadas de jardinagem, é reconhecido pelos indivíduos integrados como importante para o seu processo de mudança, no entanto, dificilmente chega ou resolve outras situações extremas (quem não requereu o RSI não é admitido e reformados, incapacitados ou doentes mentais estão fora desta medida). Tal como alerta Pereira e Silva (1999) é importante ter presente os risco do proibicionismo e, por outro lado, da legalização desta actividade.

De realçar ainda que á semelhança do que se passou com a erradicação da prática do *squeegee* no Canadá (Grady e Greene, 2003) verifica-se um agravamento das relações destes indivíduos com a polícia em consequência de uma maior vigilância e controlo social (se antes do projecto da Câmara Municipal de Leiria esta prática era de certa maneira tolerada, actualmente há mais policiamento e aplicação de multas) que poderá agravar o processo de marginalização e consequentemente conduzir a uma deterioração das suas condições de vida.

A oportunidade de implementar o photovoice mostrou-se bastante positiva pela possibilidade de contribuir para uma maior consciencialização e reflexividade dos participantes em situação de vulnerabilidade ou marginalidade sobre a sua condição e por envolvê-los em todas as fases de tomada de decisões (selecção e escolha das fotografias, escolha das narrativas para associar às fotografias e escolha da forma de disseminação dos resultados e das entidades e enviar). Desta forma, constitui-se como um exercício de *empowerment* e de participação activa que permite perceber o *mundo* do ponto de vista das pessoas envolvidas e estimular grupos e comunidades, numa perspectiva colaborativa, a participar na resolução dos seus problemas e afastando-os do papel de meros receptores das políticas.

Devido a constrangimentos de falta de tempo não foi possível implementar a metodologia photovoice num grupo mais alargado e continuado no tempo, para isso, teria sido crucial o envolvimento de todas as entidades com responsabilidades nesta área. Também seria igualmente interessante avaliar o impacto e as possíveis mudanças produzidas naqueles que participaram no exercício de photovoice e de forma mais alargada perceber qual o impacto da disseminação dos resultados junto das entidades com intervenção nesta área (os agentes políticos). À semelhança do que defende Robert Adams (2008: 41) é importante que a par da implementação de abordagens participativas haja um investimento nos processos de monitorização e avaliação da participação dos sujeitos enquanto estratégia promotora de mudanças e *empowerment*. Importa salientar ainda que neste estudo não foram incluídas minorias étnicas como o caso dos romenos (aparentemente cada vez em maior número) devido à dificuldade de compreensão e mulheres, apenas participou uma mulher ex-arrumadora na primeira sessão de photovoice, devido à menor expressão comparativamente aos homens (durante o trabalho de campo apenas houve contactos com uma mulher que recusa ser associada à prática de arrumação de carros).

Em suma, a figura do arrumador de carros encerra uma multiplicidade de situações resultantes de um processo de ruptura e de acumulação de fragilidades que os empurra para uma situação extrema de exclusão social e para a procura desta actividade enquanto estratégia de sobrevivência estigmatizante. Finalmente, para intervir junto desta população é essencial um maior investimento e articulação a montante desta situação (Castel, 1997) e, paralelamente, uma individualização no acompanhamento e uma maior participação efectiva dos envolvidos no *design* das respostas sociais. O que pressupõe uma mudança ao nível das práticas de intervenção social: trabalhar *com* e não *para* os indivíduos em situação de vulnerabilidade ou exclusão social.

Bibliografia

- Adams, Robert (2008), *Empowerment, participation and social work*, London, Palgrave macmillan.
- Agra, Cândido (2008), *Entre Droga e Crime*”, Viseu, Casa das Letras.
- Almeida, João Ferreira de, F. Machado, L. Capucha e Anália Torres (1994), “Metodologia da pesquisa empírica” em João Ferreira de Almeida (coord.), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 193 – 213.
- Becker, Howard S. (1985), *Outsiders – études de sociologie de la deviance*, Paris, éditions A. –M. Métailié.
- Bento, António e Barreto, Elias (2002), *Sem Amor, Sem abrigo*, Climepsi Editores, Lisboa.
- Capucha, Luís *et al* (2002), “Vulnerabilidade à exclusão social”, em *Portugal 1995-2000. Perspectivas da Evolução Social*, Oeiras, DEPP/MTS e Celta.
- Capucha, Luís (2005), *Desafios da pobreza*, Oeiras, Celta.
- Costa, Alfredo Bruto (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Fundação Mário Soares/ Gradiva.
- Costa, Alfredo Bruto (Coord.), (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.
- Castel, Robert (1997), “As Armadilhas da Exclusão, e As Transformações da Questão Social”, em M. Belfiori-Wanderley *et al* (org.), *Desigualdade e a Questão Social*, São Paulo, Educ/PUC-SP.
- Davies, Martin (2008), *The blackwell companion to social work*, Blackwell Publishing.
- Dias, Jorge e Manuel Andrade (1997), *Criminologia – o Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Dixon, Matt e Morgan Hadjialexiou (2005), “Photovoice, Promising practice in engaging young people who are homeless”, *Youth Studies Australia*, 24 (2), pp. 52-56.
- Faleiros, V. Paula (2001), “Desafios do serviço social na era da globalização”, em Helena Mouro *et al*, *100 Anos de Serviço Social*, Coimbra, Quarteto, pp. 313-350.
- Fernandes, Ernesto (1996), “Intervenção e Serviço Social – A centralidade dos direitos humanos para a renovação do serviço social”, *Intervenção Social*, 13/14, pp. 19-33.
- Fernandes, Luís (1998) *O sítio das drogas*, Porto, Ed. Notícias.
- Fortin, Marie-Fabienne (1999), *O processo de Investigação: da concepção à realização*, Loures, Lusociência.
- Foucault, Michel (1975), *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, Paris, Gallimard.
- Giddens, Anthony (2002), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goffman, Ervin (1963), *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Gomes, Gilmária *et al* (2008), “Uma investigação etnográfica sobre os flanelinhas que fazem da praça padre Cícero da cidade de Juazeiro do Norte – Ceará um lugar de ordem e trabalho”, comunicação apresentada no XXI Encontro Regional de estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria

Jurídica Universitária, *20 anos de Constituição. Parabéns! Por quê?* Crato/Ceará, disponível em <http://www.urca.br/ered2008/CDAnais/SDs/SD4.html>.

Grady, Bill, Robert Bright, Eric Cohen (1998), “Sub-employment and street youths: an analysis of the impact of squeegee cleaning on homeless youths”, *Security journal*, 11, pp. 315-323.

Grady, Bill, Carolyn Greene (2003), “A social and economic impact study of Ontario Safe Streets Act on Toronto Squeegee Workers”, *Online Journal of Justice Studies*, 1 (1).

Guadalupe, Sónia (2009), *Intervenção em Rede*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Hergenrath, *et al* (2006), “Windows to work: exploring employment – seeking behaviors of persons with HIV/ AIDS through photovoice”, *AIDS Education and Prevention*, 18 (3), pp. 243-258.

Howe, David (2009), *A Brief Introduction to Social Work Theory*, London, Palgrave Macmillan.

Jesus, Maria Fernanda de e Isabel Menezes (2010), “A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico”, *Análise Psicológica*, 3 (XXVIII), pp. 327-535.

Machado, Carla (2004), *Crime e Insegurança. Discursos do medo imagens do outro*, Lisboa, Editorial Notícias.

Matias, Margarida e Luís Fernandes (2009), “Desarrumar o medo... o arrumador de carros como figura do medo na cidade”, *Revista Toxicodependências*, 15 (3), pp. 9-22.

Menezes, Filipa (2008), *Dinâmicas de Risco na Modernidade e Desigualdades Sociais: o caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres*, Dissertação Doutoramento em Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação, Lisboa, ISCTE.

Monteiro, Alcina (1996), “Serviço Social, Marginalização e Política Social”, *Intervenção Social*, 13/14, pp. 127-142.

Nave, Américo (2004), “Estacionamentos sem risco, arrumadores sem exclusão”, *Revista Toxicodependências*, 10, (2), pp. 41-50.

Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates – Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar.

Payne, Malcolm (2002), *Teoria do Trabalho Social Moderno*, Quarteto, Coimbra.

Paugam, Serge (2003), *A Desqualificação Social*, Porto, Porto Editora.

Pereira, Álvaro e Delta Silva (1996), *Estudo sobre os arrumadores não-credenciados da cidade de Lisboa*, Lisboa, LNEC.

Pereira, Álvaro e Delta Silva (1999), “Os arrumadores e os sem-abrigo da cidade de Lisboa: viver da rua, mas nem sempre na rua”, *ANAIS Série Sociologia*, Lisboa, 2, pp. 231-239.

Rodrigues, Sofia (2008), “O photovoice: uma metodologia para a inclusão!”, *Vozes do Centro*, Porto, REAPN.

Rodrigues, Sofia (2011), *Desenvolver práticas colaborativas na intervenção com famílias pobres: a metodologia photovoice*, acção de formação organizada pelo Núcleo Distrital de Portalegre da EAPN Portugal/ Rede Europeia Anti-Pobreza, 13 e 14 de Junho de 2011

Power, Robert (2002), “Participatory Research Amongst Marginal Groups: drug users, homeless people and gay men”, *Drugs: education, prevention and policy*, 9 (2), pp. 125-131.

Sebastião, João (1998), *Crianças da rua: Modos de vida marginais na cidade de Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.

Serafím, M. Rosário (2004), “O reconhecimento da condição ética dos cidadãos – um imperativo ético para o serviço social”, *Revista Intervenção Social*, 29, pp. 25-52.

Silva, Manuel Menezes (2003), “Empowerment: possível estratégia da prática profissional em direcção à cidadania activa”, *Intervenção Social*, 27, pp. 31-42.

Soulet, Marc-Henry (2000), *Da não-integração. Tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo*, Coleção Serviço Social, n.º 1, Coimbra, Quarteto Editora.

Soulet, Mark-Henry (2005), “La vulnérabilité comme catégorie de l’action publique”, *Pensée Plurielle*, II (10), pp. 49-59.

Wacquant, Loic (2000), *As prisões da miséria*, Oeiras, Celta Editora (Trad.).

Wang, Caroline and Mary Burris (1997), “Photovoice: concept, methodology, and use for participatory needs assessment”, *Health Education & Behavior*, vol. 24 (3), pp. 369-387.

Wang, Caroline *et al* (1998), “Photovoice as a participatory health promotion strategy”, *Health Promotion International*, 13 (1), pp. 75-86.

Xiberras, Martine (1996), *As Teorias da Exclusão. Para Uma Construção do Imaginário do Desvio*, Lisboa, Instituto Piaget.

Fontes Institucionais:

European Commission (2010), *Combating poverty and social exclusion: A statistical portrait of the European Union 2010*, Luxembourg, Publications Office of the European Union disponível em <http://ec.europa.eu>.

Eurostat, *The Social Situation in the European Union 2009*.

Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015, disponível em: <http://www.seg-social.pt>

Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social 2008 - 2010, disponível em: http://www.mtss.gov.pt/docs/ENPSIS2008_2010.pdf

Instituto da Droga e da Toxicodpendência (2007) *Plano Operacional de Respostas Integradas: diagnóstico Nacional*, Lisboa, IDT, I.P.

Instituto de Segurança Social (2004 -05), *Estudo dos Sem-Abrigo*. Lisboa, ISS.

Páginas Web:

Site sobre o photovoice [http://: www.photovoice.com](http://www.photovoice.com)

Site IDT [http://:www.idt.pt](http://www.idt.pt)

Legislação:

Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de Novembro de 2002

Decreto-Lei n.º 310/ 2002, de 18 de Dezembro de 2002

Lei n.º 30/ 2000, de 29 de Novembro de 2000

ANEXOS

ANEXO A – Territórios identificados ao abrigo do PORI que salientam o problema dos arrumadores de carros

Distrito	Concelho	Designação do território	Problema	Grupos-alvo identificados
Braga	Barcelos	Zona Central do concelho de Barcelos (freguesias de Barcelos e Arcozelo)	Mendicidade associado ao consumo de substâncias e tráfico de substâncias – “arrumadores de carros” (particularmente expressivo nas zonas do Campo da Feira, Parque de estacionamento do supermercado).	Toxicodependentes (arrumadores de carros) Os <i>arrumadores de carros</i> com uso e abuso de substâncias ilícitas são maioritariamente oriundos de contextos de precariedade económica, social e/ou familiar. De acordo com os depoimentos recolhidos, a prática de “arrumador de carros” reveste-se de algumas singularidades: (a) a actividade também é desempenhada por indivíduos que vivem em situações de pobreza ou pobreza extrema; (b) o número de indivíduos que prestam este serviço é maior no final de cada mês (associado à falência das prestações de rendimento que muitos indivíduos recebem dos serviços sociais).
	Braga	Centro da cidade de Braga – áreas comerciais e de serviços (freguesias de S. Vicente, S. Vitor, S. Lazaro, Maximinos)	Fenómenos de mendicidade (o número de “arrumadores de carros” é de 36);	<u>Toxicodependentes (arrumadores de carros):</u> A actividade de “arrumadores de carros” circunscreve-se a zonas de parqueamentos públicos ‘ao ar livre’, junto do Hospital de São Marcos, Centro de Saúde do Carandá, Central de Camionagem e Parque de Exposições (apenas em dias de feira). Neste grupo encontramos consumidores de drogas legais e ilegais (heroína, cocaína, cannabis, álcool, psicotrópicos), que na sua maioria não se encontram integrados em serviços e/ou programas de tratamento (apresentam resistência/desconfiança face às instituições de tratamento ou não reúnem as condições mínimas para cumprir os critérios impostos pelos programas em ambulatório).
	Vila Nova de Famalicão	Centro da Cidade de Famalicão (Freguesia de Famalicão)	Mendicidade associado ao consumo de substâncias, prostituição e tráfico de substâncias – “arrumadores de carros” (particularmente expressivo nas zonas do Campo da Feira, Parque da Juventude e Parque de estacionamento da Câmara Municipal).	Toxicodependentes (arrumadores de carros) Os <i>arrumadores de carros</i> com uso e abuso de substâncias ilícitas são maioritariamente oriundos de contextos de precariedade económica, social e/ou familiar. Convém sublinhar que todas as actividades que asseguram a obtenção de rendimento para o consumo de substâncias psicoactivas (roubo/furto, arrumar carros, prostituição, pequeno tráfico,..), são, em geral, temporárias e cessam com a suspensão de consumos. Contudo, verificam-se algumas particularidades: (a) a actividade também é desempenhada por indivíduos que vivem em situações de pobreza ou pobreza extrema; (b) o número de indivíduos que prestam este serviço é maior no final de cada mês (associado à falência das prestações de rendimento que muitos indivíduos recebem dos serviços sociais).
Porto	Matosinhos	Vila do Conde Território Caxinas		- Toxicodependentes arrumadores – São um grupo constituído por cerca de 20 indivíduos, dos quais aproximadamente 10 são sem-abrigo. Na sua maioria são homens e mantêm-se ao longo de todo o dia e noite na zona de fronteira Vila Conde /Póvoa de

				Varzim. Estes indivíduos flutuam entre esta zona e outros contextos de consumo e tráfico. Com idades compreendidas entre os 35-50 anos de idade, apresentam fragilidades ao nível social, psicológico e físico e pertencem a famílias desestruturadas/disfuncionais em que as relações com a família nuclear ou de origem se encontra muitas vezes fragilizadas ou mesmo em total ruptura.
Aveiro	Espinho	Espinho: Freguesias de Espinho, anta, Silvalde, Paramos		Toxicodependentes Não Integrados em Tratamento Foi identificado um número significativo de toxicodependentes que ocupam parques e zonas de estacionamento da cidade de Espinho arrumando carros, realizam actividades ilícitas e de mendicidade.
	Aveiro	Aveiro 1	Arrumadores de carros e sem-abrigo associados a situações de dependência de substâncias psicoactivas	POPULAÇÃO EM RISCO DE EXCLUSÃO 33 são <i>arrumadores</i> (alguns deles Sem-abrigo) sendo maioritariamente homens de baixa escolaridade e solteiros. Cerca de metade são utilizadores de drogas endovenosas e 7 alcoólicos. Apresentam aspecto físico degradado, alguns deles com patologia psiquiátrica associada e são evidentes alguns comportamentos de risco como a partilha de material de injeção, bem como, relações sexuais desprotegidas.
	S. João da Madeira/ Oliveira de Azeméis	S. João da Madeira/ Oliveira de Azeméis		Utilizadores de Drogas Não Integrados em Tratamento Encontram-se na cidade de S. João da Madeira (cerca de 50 indivíduos/dia) nas ruas, parques de estacionamento e locais de grande afluência, na Praça Luís Ribeiro e nas traseiras do Museu da Chapelaria.
Aveiro	Ovar	Ovar 1	ARRUMADORES DE CARROS E SEM-ABRIGO ASSOCIADOS AO CONSUMO DE DROGAS	“GRUPO CONSUMIDORES DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOACTIVAS” - 12 <i>Arrumadores de carros</i> e 11 <i>sem-abrigo</i> que evidenciam sinais de falta de higiene pessoal, patologias hepáticas (subnutrição, olhos amarelos) e comportamentos de risco como a partilha de material de injeção, bem como, relações sexuais desprotegidas tornando-se a face visível do problema da toxicodependência neste território.
Coimbra	Coimbra	Baixa de Coimbra	Prostituição / Arrumadores de carros / Toxicodependentes / Alcoólicos	
Leiria	Leiria	Freguesia de Leiria e Marrazes	- Arrumadores de carros associados a consumo de drogas	GRUPO – POPULAÇÃO DE RUA: TOXICODPENDENTES, ALCOÓLICOS, PROSTITUTAS(OS), ARRUMADORES DE CARROS Este grupo alvo é constituído por cerca de 70 indivíduos (toxicodependentes, alcoólicos, prostitutas (os), arrumadores de carros), nos seguintes contextos: zona beira-rio e parques de estacionamento da cidade de Leiria. É para estes locais que convergem estes indivíduos. As problemáticas associadas ao grupo são: Degradação física e psicológica associada aos consumos; presença persistente de arrumadores; transmissão de IST's; doenças mentais; baixa escolaridade e baixa qualificação profissional;

				desemprego de longa duração; falta de competências pessoais, sociais e profissionais; falta de suporte familiar; doenças infecciosas.
Lisboa	Caldas da Rainha	Eixo Caldas da Rainha: Freguesia Nossa Senhora do Pópulo		Indivíduos arrumadores de carros (23 aos 54 anos) <u>Cerca de 40 indivíduos arrumadores de carros (23 aos 54 anos) com os seguintes problemas identificados:</u> Relação com pares que consomem substâncias psicoactivas, que se envolvem em comportamentos problemáticos, delinquentes, etc.; Famílias desagregadas ou em ruptura com ausência de suporte emocional; Desvinculação social; Discriminação social; Longas histórias de vida de consumo e de vivência na rua; Dificuldade na reinserção; Pouca capacidade de resistência à pressão negativa do grupo de pares; Baixa auto-estima; Ausência de alternativas ao uso produtivo e recreativo dos tempos livres.
Faro	Portimão	Bairros Sociais		População sem-abrigo Grupo de 75 pessoas, na grande maioria (88%) do sexo masculino, de cerca de 100 pessoas sem-abrigo que pernoitam em casas e veículos velhos e abandonados, vãos de escada ou mesmo contentores. Têm entre os 25 e os 49 anos e muitos são os casos registados associados a toxicodependência e alcoolismo. É uma população estigmatizada pela restante população, que associa a situação de sem abrigo a comportamentos marginais e perigosos. A maior parte das pessoas sem-abrigo consomem drogas como a heroína e cocaína, e também se registam casos de associação entre o consumo de haxixe e álcool. São pessoas que não exercem qualquer actividade remunerada; vivem de mendicidade, de <u>arrumação de viaturas</u> ou ainda exercendo alguma actividade a título pontual e esporádico (“biscates”). A estas problemáticas associam-se doenças infecto-contagiosas (VIH/SIDA, Hepatites, Tuberculose), perturbações mentais, problemas de locomoção, entre outras.
	Quarteira	Quarteira		Arrumadores Os arrumadores de automóveis (identificados cerca de 70 arrumadores, mendigos e sem-abrigo) são um fenómeno muito visível, sobretudo às quartas-feiras (dias de feira) no Mercado da Fruta (Campo da Petanca), nos Parques de Estacionamento junto à Lota de Peixe e junto à Caixa Geral de Depósitos. Trata-se de uma população que inclui alguns dos utentes do IDT, mas também muitos toxicodependentes que nunca foram à consulta na Equipa de Tratamento (ex -CAT), em Olhão. Por outro lado, muitos destes arrumadores têm consumos excessivos de substâncias lícitas, como o álcool.

Fonte: Diagnósticos do PORI por Território Identificado, www.idt.pt (adaptado)

ANEXO B – Guião da entrevista

1. Apresentação e objectivos da entrevista.

2. Guião entrevista semi-directiva – Arrumadores de Carros	
Perfil sociodemográfico	Em que ano nasceu? Onde? Nível de escolaridade? Situação face ao emprego? Estado civil? Onde vive? Com quem? Tipo de residência?
Trajectória familiar e socioprofissional	<p><u>Familiar:</u> Saiu de casa dos seus pais (quando, porquê, onde)?</p> <p>Experiências de casamento/ união de facto? Como eram as suas relações com os seus familiares? Mantém contacto com algum familiar?</p> <p><u>Escolar e Profissional:</u> Frequentou a escola? Até que ano de escolaridade? Porque deixou de estudar? Quando começou a trabalhar? Quais as profissões que já desempenhou? Em caso de despedimentos qual o motivo? Qual a profissão que gostou mais?</p> <p><u>Saúde:</u> problemas de saúde e consumos.</p>
Trajectória como arrumador de carros	<p><u>Tempo:</u> Há quantos anos exerce esta actividade? Porquê?</p> <p><u>Duração:</u> Quantas horas por dia exerce a actividade de arrumação de carros? Período do dia em que exerce (manhã, tarde, noite)?</p> <p><u>Espaço:</u> quais os locais que ocupa?</p> <p><u>Características:</u> Descrição de um dia; Quanto auferem em média?</p> <p><u>Apreciação:</u> Gosta de ser arrumador de carros? Porque o faz? Relação com outros arrumadores de carros? Relação com os automobilistas? Porque é que há arrumadores de carros? Tem outros apoios sociais/ rendimentos? Quando um condutor não dá moeda o que é que faz? Quais as estratégias para “pedir moeda”?</p>
Percepção relativa às Respostas/ serviços de apoio	<p>Que respostas têm dado os serviços de apoio em relação ao seu problema de falta de emprego? Está inscrito no Centro de Emprego?</p> <p>Acha importante estar inscrito? Porquê?</p> <p>O que acha do trabalho que fazem os arrumadores de carros?</p>
Perspectivas futuras	<p>Imagina-se a arrumar carros nos próximos anos?</p> <p>Quais as suas expectativas relativamente ao futuro.</p>

ANEXO C – Manual de Apoio ao *photovoice*

Introdução

Este manual visa contribuir para a divulgação da metodologia *photovoice* enquanto método de investigação-acção participativa que visa activar competências sociais e pessoais e promover a participação activa das pessoas em situação de vulnerabilidade ou marginalidade social utilizando como instrumento a fotografia e a voz e resulta da implementação aproximada desta metodologia junto de indivíduos arrumadores de carros.

Em termos gerais, tem como objectivos:

- Compreender a perspectiva dos cidadãos que exercem/ exerciam a actividade de arrumação de carros sobre como é viver como arrumador de carros;
- Promover a participação dos cidadãos que exercem/exerciam a actividade de arrumação de carros na sugestão de medidas/ respostas para a sua situação.
- Contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, possibilitando aos participantes uma nova experiência de vida.

O manual encontra-se dividido em três partes que correspondem às etapas do processo de *photovoice*: fase da preparação; fase da acção ou workshop; fase da disseminação/ divulgação dos resultados.

Foram realizadas cinco sessões, cada uma de aproximadamente 1 hora, no entanto, o número de sessões depende do tempo de que se dispõe e do público-alvo pelo que poderá adaptar o seguinte programa.

Este manual foi elaborado com base nos seguintes contributos:

Rodrigues, Sofia (2011), *Desenvolver práticas colaborativas na intervenção com famílias pobres: a metodologia photovoice*, acção de formação organizada pelo Núcleo Distrital de Portalegre da EAPN Portugal/ Rede Europeia Anti-Pobreza, 13 e 14 de Junho de 2011

Rodrigues, Sofia (2008), “O photovoice: uma metodologia para a inclusão!”, *Vozes do Centro*, Porto, REAPN.

Photovoice, disponível em www.photovoice.org

Wang, Caroline and Mary Burris (1997), “Photovoice: concept, methodology, and use for participatory needs assessment”, *Health Education & Behavior*, vol. 24 (3), pp. 369-387.

Etapas do photovoice

Etapa I – Fase da preparação

Objectivos	Actividades	Materiais
<ul style="list-style-type: none"> - Conceptualizar o problema - Preparar e planificar o programa 	<ul style="list-style-type: none"> - Definição do problema, dos objectivos gerais e específicos; - Envolver outras Instituições; - Recrutar os profissionais (facilitadores); - Elaborar o plano das sessões (planificação); - Encontrar um espaço seguro, agradável e de fácil acesso; - Recrutar os participantes (entregar uma ficha de inscrição pessoalmente explicar o objectivo do trabalho e dar algum tempo para que possa pensar e posteriormente entregar a ficha); - Providenciar o material (máquinas fotográficas descartáveis ou digitais; videoprojector, gravador, etc) e outros; - Providenciar um lanche para todas as sessões. 	<p>Ofício para EAPN a solicitar espaço e Técnica; Ofício para a Câmara Municipal de Leiria a solicitar apoio no encaminhamento dos participantes;</p> <p>Ficha de Inscrição</p>

Aspectos importantes:

- O número de participantes varia em função dos objectivos do estudo/ público-alvo. Neste estudo, no total participaram 4 pessoas (2 arrumadores e 2 ex-arrumadores);
- Uma câmara por participante.

Aspectos a melhorar:

- Envolver a rede de instituições que actua nesta área no recrutamento e audiência dos resultados do photovoice;
- Formalizar parcerias.

Etapa II – Acção/ workshops

a) 1.ª Sessão – Boas-vindas

<u>Objectivos</u>	<u>Actividades</u>	<u>Material</u>
<p>- Clarificar os objectivos do estudo;</p> <p>- Explicitar a metodologia <i>photovoice</i></p>	<p>- Apresentação dos objectivos;</p> <p>- Leitura e assinatura do termo de consentimento (onde deverão constar os objectivos e as normas éticas a serem seguidas pelo grupo).</p> <p>- Explicação de algumas regras básicas para fotografar (não fotografar contra o sol ou em movimento, como enquadrar um objecto, como e quando utilizar o flash tremida, com flash/ sem flash, etc. - anexo 3) e do funcionamento das máquinas fotográficas.</p> <p>- Discussão em torno das possibilidades da fotografia na transmissão de ideias, sentimentos, etc. (ex: como representar a felicidade? A tristeza? Uma parte do nosso corpo não visível ou de carácter).</p> <p>- Discussão em torno dos temas ética, poder, câmaras fotográficas (Devemos tirar fotografias a outras pessoas sem o seu conhecimento/ consentimento?) Explicitação dos consentimentos informados.</p> <p>- Exercício prático: fotografar “<i>o que mais gosto nesta sala?</i>”</p> <p>- Questão para a sessão seguinte: <i>Como é a vida de um arrumador de carros?</i></p>	<p>Termo de Consentimento</p> <p>PowerPoint: com fotografias ilustrativas de regras básicas da fotografia (contra-luz, movimento; tremida, contra o sol; com e sem flash) e exercícios de transmissão de ideias, sentimentos através da fotografia.</p> <p>Máquinas fotográficas descartáveis ou digitais</p>

Aspectos importantes:

- Combinar local e dia para a recolha das máquinas;

- Explicitar o número de fotografias por participante (5 fotografias);
- Tratar da revelação/ impressão das fotografias antes da sessão seguinte.

Sugestões de melhoria:

- Utilizar dinâmicas de grupo;
- Fazer *photogames* - jogos que permitam trabalhar a fotografia e interiorizar a metodologia.

b) Sessões seguintes

No início de cada sessão, os participantes são convidados a escolherem 1/ 2 fotografias para responderem à questão colocada na sessão anterior.

<u>Objectivos</u>	<u>Actividades</u>	<u>Material</u>
Compreender os arrumadores de carros. (dificuldades/ vantagens)	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação das fotografias seleccionadas (1 por participante); - Discussão em grande grupo - técnicas de questionamento: <ol style="list-style-type: none"> 1. O que é que vê na foto? 2. O que é que está a acontecer? 3. De que forma é que esta imagem está relacionada com a sua vida? 4. Porque é que este problema/ força existe? 5. O que é que pode fazer para ultrapassar este problema? Do que é que necessita? Como é que se poderia resolver? - Conclusões. 	PowerPoint (para apresentação e discussão das fotografias).

As questões para as sessões seguintes foram: *Qual tem sido (foi) a ajuda mais importante para si? E qual tem sido (foi) a ajuda menos importante para si?*

Com estas questões pretendia-se identificar as respostas/ serviços/ modelos de intervenção preconizados pelos sujeitos envolvidos.

Aspectos importantes:

- Os participantes devem estar envolvidos no processo de selecção das fotos, contextualização e sistematização dos problemas;
- Garantir as fotografias antes de cada sessão (impressas e em formato audiovisual);
- Colocá-las num envelope fechado e cada participante escolhe uma fotografia para partilhar com o grupo;

- Garantir transporte grátis e lanche;
- Dar aos participantes a questão em papel e contactá-lo se possível.

Na última sessão os participantes são convidados a escolherem a forma de divulgação do trabalho desenvolvido nas sessões. Neste caso escolheram elaborar postais com as fotografias para várias entidades da cidade de Leiria.

Etapa III – Finalização/ divulgação dos resultados

a) Sessão Final

<u>Objectivos</u>	<u>Actividades</u>	<u>Material</u>
- Rever o processo; - Definir a apresentação dos resultados	- Apresentação das fotografias com as histórias/ narrativas; - Definição das entidades a enviar os postais. - Síntese dos resultados mais importantes; - Avaliação das sessões (anexo 4).	PowerPoint das fotografias com as narrativas.

Aspectos importantes:

- Associar as histórias/ narrativas de cada participante às fotografias;

b) Divulgação

Um dos objectivos do photovoice é dar voz aos membros da comunidade com menos recursos e realçar o poder da imagem pelo que a divulgação dos resultados é fundamental.

Não Esquecer:

- *O número de sessões depende do grupo-alvo e dos objectivos do estudo;
- * Dar espaço para que as pessoas possam tirar fotografias ao que mais gostem;
- * Os facilitadores devem ser neutros e abster-se de dar opinião sobre as fotografias que os participantes vão tirar ou escolher;

Material de Apoio:

1. Ficha de Inscrição
2. Termo de consentimento

Ficha de Inscrição – “Reportagem sobre a vida no parque”

Com este trabalho, pretende-se perceber como foi a sua experiência enquanto arrumador de carros. Gostaríamos que trabalhasse connosco dois aspectos: 1) O que significa ser arrumador de carros; 2) O que permitiu/contribuiu para que deixasse de ser arrumador de carros.

“Reportagem sobre a vida no parque” será feito através da dinamização de um grupo, com periodicidade semanal (4 dias) e com a duração aproximada de 1 hora. O 1.º dia será já no próximo dia **21 de Julho de 2011** pelas **16h30mn.**

Local: Núcleo Distrital de Leiria da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-pobreza

Morada: Rua Cap. Mouzinho de Albuquerque, n.º 107 – 1.º Dto.

Contacto: 244 837 228

A participação neste estudo é voluntária!

Responsáveis pelo estudo: Lisete Cordeiro (ISCTE) e Patrícia Grilo (EAPN Portugal)

Nome: _____

Morada: _____

Telefone: _____ Telemóvel: _____

Necessita de transporte? Sim Não

A presente Ficha de Inscrição é entregue até ao próximo dia 20-07-2011.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo: “Reportagem sobre a vida no parque”

Responsáveis pelo estudo: Lisete Cordeiro (ISCTE) e Patrícia Grilo (EAPN Portugal)

Contactos: 244 837 228 (Núcleo Distrital de Leiria da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza)

Eu, _____ abaixo assinado
declaro ter pleno conhecimento do que se segue:

- 1) Fui informado(a), de forma clara e objectiva que o estudo intitulado “Reportagem sobre a vida no parque” será feito através da dinamização de um grupo, com periodicidade semanal;
- 2) Sei que o objectivo deste trabalho é compreender como foi a minha experiência enquanto arrumador de carros. Nomeadamente em dois aspectos: 1) O que significa ser arrumador de carros; 2) O que permitiu/contribuiu para que deixasse de ser arrumador de carros;
- 3) Tomei conhecimento que este trabalho se insere no âmbito do mestrado em Serviço Social no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa;
- 4) Foi-me esclarecido que os resultados do estudo serão divulgados com objectivo científico, mantendo-se a minha identidade em sigilo;
- 5) Foi-me esclarecido que os resultados deste trabalho poderão ser divulgados junto da comunidade, mediante autorização do grupo, caso assim o consideremos pertinente;
- 6) Tomei conhecimento da importância de registar as sessões de grupo e autorizo a gravação em formato áudio/vídeo dos meus depoimentos para que possam ser submetidos a uma análise de conteúdo com maior rigor científico;
- 7) Sei que as responsáveis pelo estudo irão manter a confidencialidade de todas as respostas que comprometam a minha privacidade;
- 8) Tomei conhecimento que a minha participação neste estudo é voluntária e, poderei recusar-me a participar a qualquer momento, sem qualquer penalidade.

Declaro que concordo em participar neste estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e foi-me dada a oportunidade de esclarecer as minhas dúvidas.

Nome

Assinatura do Participante

Data

Nome

Assinatura das Responsáveis

Data

ANEXO D – RESULTADOS DO PHOTOVOICE – COLECÇÃO DE POSTAIS